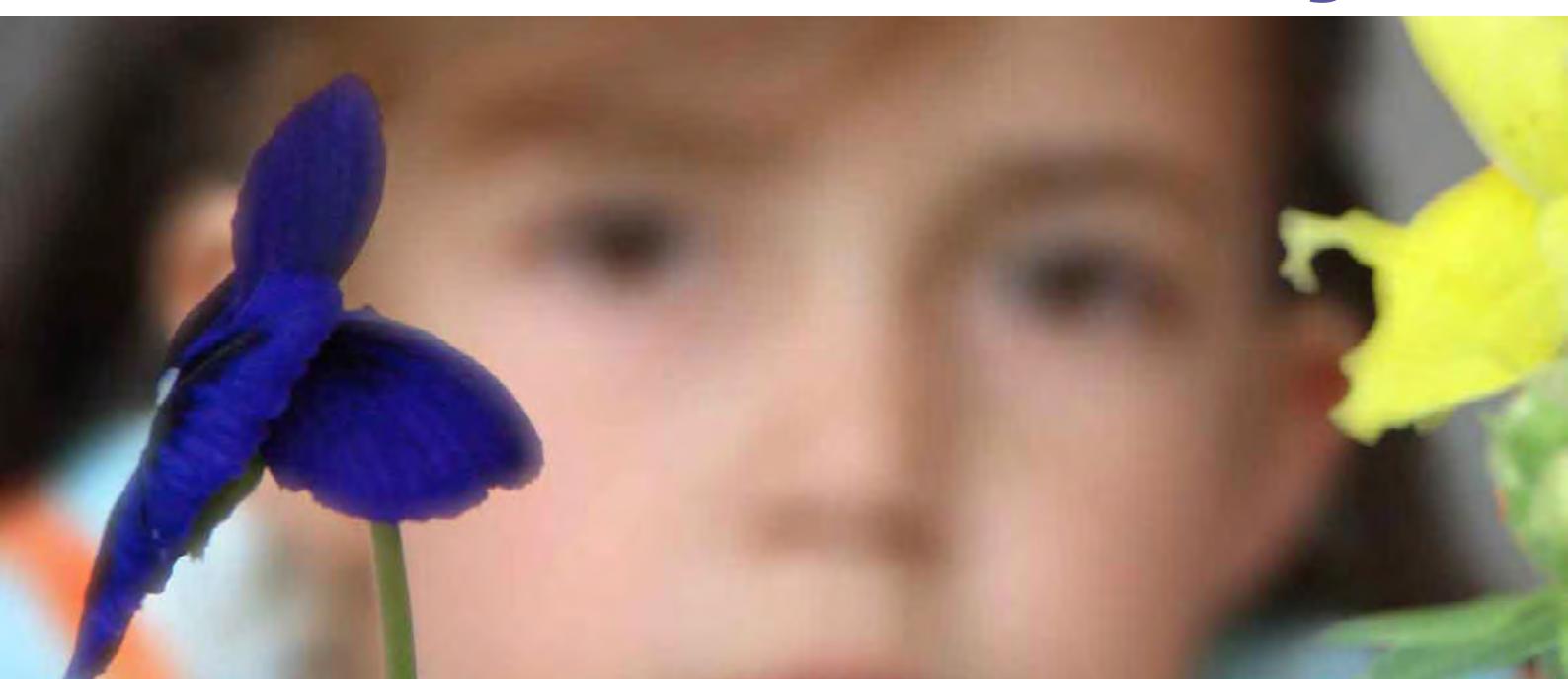


# Tráfico de Crianças



## Ficha Técnica

Direcção de Publicação: Ana Tarouca, Pedro Pires

Edição gráfica: Nuno Domingues

Revisão de texto: José Brito Soares

Edição: Instituto de Apoio à Criança  
Largo da Memória, 14 - 1349-045 Lisboa

Periodicidade: Bimestral

ISSN: 1647-4163

Distribuição gratuita

Endereço Internet: [www.iacrianca.pt](http://www.iacrianca.pt)  
Blogue: Crianças a torto e a Direitos

Serviço de Documentação:  
Tel.: (00351) 213 617 884 - Fax: (00351) 213 617 889; E-mail:[iac-cedi@iacrianca.pt](mailto:iac-cedi@iacrianca.pt)

Atendimento ao público,mediante marcação: De 2ª a 5ª feira, entre as 9.30h e as 16.00h; 6ª feira entre as 9.30h e as 12 horas

Para subscrever este boletim digital envie-nos uma mensagem para [iac-cedi@iacrianca.pt](mailto:iac-cedi@iacrianca.pt)

As imagens existentes nesta publicação foram recolhidas de: banco de imagens "hemera" e sites: [www.coe.int/trafficking](http://www.coe.int/trafficking), <http://www.sxc.hu>.

## Sobre Tráfico de Crianças definimos

### Tráfico:

(a) O recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento ou o acolhimento de pessoas, recorrendo à ameaça ou ao uso da força ou a outras formas de coação, ao rapto, à fraude, ao engano, ao abuso de autoridade ou de situação de vulnerabilidade ou à entrega ou aceitação de pagamentos ou benefícios para obter o consentimento de uma pessoa que tem autoridade sobre outra, para fins de exploração. A exploração deverá incluir, pelo menos, a exploração da prostituição de outrem ou outras formas de exploração sexual, o trabalho ou serviços forçados, a escravatura ou práticas similares à escravatura, a servidão ou a extracção de órgãos; ...

(c) O recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento ou o acolhimento de uma criança para fins de exploração deverão ser considerados "tráfico de pessoas" mesmo que não envolvam nenhum dos meios referidos na alínea a) do presente artigo;

(d) Por "criança" entende-se qualquer pessoa com idade inferior a 18 anos. (Artigo 3.º do "Protocolo de Palermo".) (p. 17)

## **Exploração infantil:**

[No contexto do tráfico de crianças], a exploração deverá incluir, pelo menos, a exploração da prostituição de ou- trem ou outras formas de exploração sexual, o trabalho ou serviços forçados, a escravatura ou práticas similares à escravatura, a servidão ou a extracção de órgãos. (Artigo 3.º do "Protocolo de Palermo", adoptado em 2000, entrado em vigor em 2003.) (p. 16)

## **Venda de Crianças:**

A venda de crianças é definida pelo artigo 2.º do Protocolo Facultativo como "qualquer acto ou transacção pelo qual uma criança é transferida por qualquer pessoa ou grupo de pessoas para outra pessoa ou grupo contra remuneração ou qualquer outra retribuição". Esta ampla definição resulta de um longo debate sobre a questão de saber se o PFVC deveria abranger apenas a venda para fins de exploração sexual ou a venda para qualquer fim.

Os Estados tendem a identificar a venda de crianças com o tráfico de crianças. Na verdade, muitos Estados Partes têm legislação que proíbe o tráfico de pessoas, mas carecem de legislação que proíba especificamente a venda de crianças. Contudo, embora tráfico e venda de crianças sejam conceitos semelhantes, não são idênticos e o artigo 35.º da Convenção sobre os Direitos da Criança (CDC) obriga os Estados Partes a adoptar medidas para prevenir ambas as práticas. (p. 19)



## **O Tráfico pode ou não implicar venda**

CONTEÚDO DO PROTOCOLO FACULTATIVO das Nações Unidas contra a Criminalidade Organizada Transnacional Relativo à Prevenção, à Repressão e à Punição do Tráfico de Pessoas, em especial de Mulheres e Crianças "Protocolo de Palermo") não se refere especificamente à venda de crianças, embora estas possam ser vendidas em cada uma das fases do processo de tráfico, tal como resulta claramente das seguintes definições:

- Recrutamento: uma criança pode ser vendida a um traficante pelos pais ou outros responsáveis pelo seu cuidado, ou por uma instituição.
- Transporte, transferência, acolhimento: durante a circulação da criança, esta pode ser vendida por um traficante a outro.
- Recepção: a criança pode ser vendida pelo traficante a um "comprador" final.
- Exploração: a criança pode, em qualquer momento, ser vendida a outro traficante ou explorador. A experiência demonstra que uma criança pode ser traficada sem que qualquer elemento de venda ocorra ao longo de todo o processo. A venda de crianças não constitui pois um elemento necessário da definição de tráfico de crianças: o recrutamento pode ter lugar mediante fraude, uso da força ou rapto, mas pode também ocorrer sem que qualquer um destes elementos esteja presente. Também não tem de haver uma transacção comercial ou sequer qualquer eventual "remuneração ou outra retribuição" quando a criança é transferida. Igualmente importante é o facto de o mesmo traficante ou os mesmos traficantes poderem estar envolvidos no transporte e na exploração, pelo que a criança não é necessariamente transferida de um para outro contra remuneração ou outro tipo de retribuição.

Outras diferenças entre a venda de crianças e o tráfico de crianças têm a ver com o transporte e a exploração conforme definidos no "Protocolo de Palermo". A venda de uma criança não está necessariamente associada à finalidade de exploração por aqueles que pagam para obter a criança, como acontece com o tráfico de crianças. Isto é verdade embora o PFVC se refira à venda de crianças relacionando-a com várias formas de exploração. A venda de uma criança pode ter lugar sem a circulação física da criança, ao passo que o conceito de tráfico de crianças implica sempre um elemento de circulação. A retirada de uma pessoa do seu ambiente social constitui um elemento fundamental do conceito de tráfico, dado que aumenta a vulnerabilidade da vítima.

Em alguns casos, os conceitos de tráfico e venda de crianças sobrepõem-se e as diferenças na definição não têm qualquer efeito na experiência concreta da criança e na sua exploração. Contudo, a distinção é importante para efeitos de acção penal sobre os infractores, criando indicadores para a identificação e determinando o interesse superior da criança, nomeadamente para efeitos de repatriamento da criança para junto da sua família. Finalmente, para combater mais eficazmente o tráfico e a venda de crianças, é importante identificar as suas causas profundas e detectar as lacunas nos sistemas de protecção da infância. A legislação contra o tráfico de pessoas pode ser uma ferramenta valiosa para a implementação do artigo 35.º da CDC e do PFVC. (p. 20)

Fonte:

Manual sobre o Protocolo Facultativo relativo à Venda de Crianças, Prostituição Infantil e Pornografia Infantil (2010) - Centro de Estudos Innocenti da UNICEF

<http://www.unicef-irc.org/publications/595>

# Sobre Tráfico de Crianças recomendamos

**Mendicidade Forçada - A face invisível do Tráfico de Seres Humanos para Exploração Laboral (2013)** Observatório do Tráfico de Seres Humanos /Ministério da Administração Interna "O que é o tráfico de pessoas? O tráfico de seres humanos constitui um crime grave, cometido frequentemente no quadro da criminalidade organizada, e uma violação grosseira dos direitos humanos fundamentais expressamente proibida pela Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia. O tráfico de pessoas é um crime opaco e complexo, que transpõe barreiras geográficas, sociais, culturais e religiosas, destruindo as vidas de milhares de pessoas em vários países, enquanto gera milhões de euros de lucro para os traficantes e exploradores. O tráfico de seres humanos é uma forma de escravatura moderna que se baseia na exploração de alguém, cuja liberdade e proteção poderá estar nas nossas mãos se estivermos bem informados e soubermos identificar os sinais, denunciando a situação às entidades competentes.

Conforme se verifica no quadro abaixo, o crime de tráfico de pessoas é praticado quando está em causa pelo menos uma das ações assinaladas (que pode

consistir, por exemplo, no transporte ou acolhimento da vítima), com o uso de um meio específico (como o engano, a coacção ou a violência) para alcançar um determinado fim, seja a exploração sexual ou a exploração laboral, como por exemplo a mendicidade forçada, entre outras". (p. 4)

<http://www.otsh.mai.gov.pt/cms/files/conteudos/Livro%20Mendicidade%20Forcada%20a%20face%20invisivel%20do%20Trafico%20Laboral.pdf>

**Panfleto sobre Mendicidade Forçada (2013)** – Da autoria do Observatório do Tráfico de Seres Humanos /Ministério da Administração Interna

[http://www.otsh.mai.gov.pt/cms/files/conteudos/Folheto%20Mendicidade%20Forcada%20\(2\).pdf](http://www.otsh.mai.gov.pt/cms/files/conteudos/Folheto%20Mendicidade%20Forcada%20(2).pdf)

**What Is Human Trafficking? (2013)** – Página da responsabilidade da United Nations Office on Drugs and Crime (UNODC): "Trafficking in persons is a serious crime and a grave violation of human rights. Every year, thousands of men, women and children fall into the hands of traffickers, in their own countries and abroad. Almost every country in the world is affected by trafficking, whether as a country of origin, transit or destination for victims. UNODC, as guardian of the United Nations Convention against Transnational Organized Crime (UNTOC) and the Protocols thereto, assists States in their efforts to implement the Protocol to Prevent, Suppress and Punish Trafficking in Persons (Trafficking in Persons Protocol)".

<https://www.unodc.org/unodc/en/human-trafficking/what-is-human-trafficking.html?ref=menuaside>



## MENDICIDADE FORÇADA

A Face Invisível do Tráfico de Seres Humanos para Exploração Laboral

**OTSH**  
Observatório do Tráfico de Seres Humanos  
Promovido pelo Mário Soeiro

**CiG**  
Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género  
Promovido pelo Mário Soeiro

**Report concerning the implementation of the Council of Europe Convention on Action against Trafficking in Human Beings by Portugal: First evaluation round (2013)** – Relatório do GRETA (Group of Experts on Action against Trafficking in Human Beings) numa edição do Conselho da Europa: "The Portuguese authorities have taken a number of important steps to prevent and combat trafficking in human beings. The anti-trafficking legal framework has evolved over the years in line with Portugal's international commitments. Two national action plans have been adopted since 2007, the current one covering the period 2010-2013 and aiming to address all aspects of action against human trafficking. The co-ordination of anti-trafficking activities has been entrusted to the Citizenship and Gender Equality Commission, within which a National Rapporteur for Human Trafficking was appointed in 2012. In 2008, the Observatory of Trafficking in Human Beings was also set up within the Ministry of

Ação O QUÉ?	Meios COMO?	Fim PARA QUÉ?
Oferecer	Violência, rapto ou ameaça grave	Exploração sexual
Entregar	Ardil ou manobra fraudulenta	Exploração do trabalho
Aliciar		Servidão doméstica,
Transportar	Abuso de autoridade	Mendicidade forçada,
Alojar	Aproveitando-se de incapacidade psíquica	Atividades criminosas...
Acolher	Obtendo o controlo sobre a vítima	Extração de órgãos

OTSH, 2013

the Interior to collect and analyse data and monitor trafficking trends. Further, a Technical Committee comprising representatives of relevant public authorities was set up in 2010, with a view to monitoring the implementation of the national action plan.

That said, GRETA notes that non-governmental organisations have not been sufficiently involved in the planning and implementation of anti-trafficking measures. Furthermore, GRETA considers that the Portuguese authorities should adapt anti-trafficking policy by focusing more attention on trafficking for the purpose of labour exploitation and taking greater account of male and child victims of trafficking.

Measures to prevent human trafficking have involved several awareness-raising campaigns organised by the authorities, in collaboration with international organisations, or by civil society. However, GRETA notes that these campaigns have not been targeted and their impact has not been assessed. GRETA welcomes the criminalisation of the use of services or organs of victims of human trafficking, with the knowledge that the person concerned is a victim of trafficking, and invites the Portuguese authorities to continue their efforts to address demand as a root cause for human trafficking. The authorities have also taken measures concerning groups experiencing socio-economic difficulties which increase their vulnerability to human trafficking, such as women, immigrants and Roma/Gypsy communities. That said, GRETA considers that it is necessary to step up measures addressing the root causes of human trafficking.

In order to improve the identification of victims of human trafficking, the Portuguese authorities have introduced a "Reporting - Identification - Integration" system and encourage non-governmental organisations to signal suspected cases of human trafficking to the Observatory of Trafficking in Human Beings. A multi-disciplinary team based in Porto is supposed to receive reports on potential victims of human trafficking and assist the police in the victim identification procedure. However, this team has limited capacity to intervene. Identification is thus the exclusive responsibility of the police forces. GRETA notes a degree of reluctance among some civil society actors to report trafficking cases for fear that the police investigation might expose victims to their traffickers or result in their removal from the country as irregular migrants. GRETA urges the Portuguese authorities to ensure that in practice the identification of victims is dissociated from their participation in the investigation and court proceedings, and that all stakeholders involved in the identification of victims adopt a more proactive approach and step up their outreach work. GRETA also considers that the Portuguese authorities should strengthen the multi-disciplinary approach to victim identification.

The Portuguese authorities have set up one specialised shelter, run by the Family Planning Association, which provides accommodation and assistance to victims of trafficking. This shelter is open only to women victims of trafficking and has a limited capacity. GRETA urges the authorities to step up the assistance provided to trafficking victims and to ensure that the services available are sufficient and appropriate to their specific needs. The authorities should also improve the assistance system for child victims of trafficking with regard to accommodation and the introduction of medium and long-term support programmes appropriate to children's needs". (p. 7)

"Portugal is primarily a destination country for victims of trafficking in human beings (THB). Over the period 2008-2011, the majority of identified

victims originated from Portuguese-speaking countries (Brazil with 35% of all victims, Mozambique with 15% of the victims) and from Eastern Europe (in particular Romania, with 16% of victims). Portugal is also a country of origin, with a growing number of Portuguese nationals (35% of the victims identified over the same period) exploited on the territory of Portugal or in neighbouring states, in particular Spain". (p. 8)

[http://www.coe.int/t/dghl/monitoring/trafficking/Docs/Reports/GRETA\\_2012\\_17\\_FGR\\_PRT\\_en\\_with\\_cmts.pdf](http://www.coe.int/t/dghl/monitoring/trafficking/Docs/Reports/GRETA_2012_17_FGR_PRT_en_with_cmts.pdf)



## **Findings and results of the European Action for Compensation for Trafficked Persons (2013)**

– Publicado pela La Strada International: “Trafficking in human beings is a human rights abuse. Compensation has a restorative, preventive and punitive function and is a crucial tool in combating human trafficking. Each trafficked person has the right to an effective remedy, including compensation; however, a range of barriers obstruct the consistent translation of the right to compensation into practice. Consequently, many trafficked persons are left without justice.

Although trafficked persons have an established right to compensation and various compensation mechanisms are in existence, the actual receipt of a compensation payment by a trafficked person is extremely rare. This toolkit by COMP.ACT aims to provide a comprehensive description of the right to compensation and guidance for its achievement in practice.

COMP.ACT, European Action for Compensation for Trafficked Persons, was initiated by La Strada International and Anti-Slavery International to improve access to justice and guarantee compensation for trafficked persons. It aims to raise awareness and mainstream the issue of compensation within the international anti-trafficking agenda; to overcome the problems with the implementation of compensation measures for trafficked persons; and to ensure that compensation becomes one of the key elements of programmes of assistance and services in Europe.

NGO partner organisations in fourteen European countries have carried out a wide range of practical work in the COMP.ACT project, such as research, test cases and developing guidelines for professionals. On the international level, the COMP.ACT coalition has successfully launched an international advocacy campaign for access to justice and the right to redress for trafficked per-

sons. This European coalition consists of NGOs that offer direct assistance to trafficked people, the legal community, labour unions, migrant rights organisations and academics”.

<http://lastradainternational.org/lisidocs/Findings%20and%20results%20of%20Comp.Act.pdf>

## **Policy and legislative recommendations towards the effective implementation of the non-punishment provision with regard to victims of trafficking (2013)**

Publicação da Organization for Security and Co-operation in Europe: “In the case of children, therefore, no means at all, including coercion, deception or threat, are required to establish the victim status of the child. Children cannot in law consent to being trafficked nor can trafficked persons validly consent to their exploitation. “Even if a child is not threatened, no force is used against him or her, or he or she is not coerced, abducted or deceived, the child cannot give consent to the act of trafficking for the purpose of exploitation.” The EU Directive on trafficking also reiterates the prime importance of this: “when a child is concerned, no possible consent should ever be considered valid”. (p. 18)

<http://www.osce.org/cthb/101002>

## **It Happens Here Equipping the United Kingdom to fight modern slavery (2013)**

– Relatório do Slavery Working Group do Centre for Social Justice do Reino Unido. ‘It ought to concern every person, because it is a debasement of our common humanity. It ought to concern every community, because it tears at our social fabric. It ought to concern every business, because it distorts markets. It ought to concern every nation, because it endangers public health and fuels violence and organized crime. I’m talking about the injustice, the outrage, of human trafficking, which must be called by its true name – modern slavery.’

President Barack Obama, September 2012” (p. 15)

‘Added to the lack of parental care given by the exploiters, many child victims exist in an emotional vacuum, with no love, no affection, no attention ever demonstrated towards them by their exploiters. The deceit, abuse and exploitation experienced at the hands of those they expected to care for them and help them achieve a better life result in a deep emotional and psychological scarring.’

Debbie Ariyo, AFRUCA (p. 43)

Children from outside and within the UK are being bought, sold, transported and exploited. Children in modern slavery are too often not identified by key agencies including the UKBA, the police and local authorities. Fears remain about the way in which these children are treated when they have not been appropriately identified. For those children who are trafficked into modern slavery from abroad, their status as foreign children, often without correct immigration documents or even identification papers, can take precedence over their vulnerabilities and victimisation. For British children trafficked within the UK, the warning signs may not be recognised, and the exploitation is often hidden behind difficult behaviour or episodes of going missing that are not properly responded to”. (p. 100)

[http://www.centreforsocialjustice.org.uk/UserStorage/pdf/Pdf%20reports/CSJ\\_Slavery\\_Full\\_Report\\_WEB%285%29.pdf](http://www.centreforsocialjustice.org.uk/UserStorage/pdf/Pdf%20reports/CSJ_Slavery_Full_Report_WEB%285%29.pdf)



**Children trafficked for exploitation in begging and criminality (2013)** – Publicação da responsabilidade do Council of the Baltic Sea States, Child Centre, Expert Group for Cooperation on Children at Risk: “The report starts with a brief summary account of what has been reported on the exploitation of children in begging and criminal activities in the four countries. It proceeds then to discuss selected elements of the legal framework concerning child trafficking and exploitation. It revisits legal concepts and definitions and to which extent they are applicable to the exploitation of children in begging and criminal activities. A cross-cutting theme of the report is the cooperation between law enforcement and child protection services and the achievements and challenges encountered in this regard in each of the four countries. This theme leads through the discussion of how child victims of trafficking and children at risk are being identified and assisted, and how the authorities organise their cooperation vertically between the central and local levels and horizontally in cooperation across agencies and departments. The main interest of the report is to document experience and promising examples from each of the countries, to identify contentious issues and challenges encountered and how they have been confronted or overcome. The report concludes with a summary of the key observations and findings and selected recommendations for law, policy and practice”.

<http://ec.europa.eu/anti-trafficking/entity.action?path=Publications%2FChildrenTrafficked>



**Relatório Nacional sobre Tráfico de Pessoas: consolidação dos dados de 2005 a 2011 (Brasil) (2013)** – Publicação do Ministério da Justiça do Brasil.

[http://www.otsh.mai.gov.pt/cms/files/conteudos/Brasil\\_Relatorio\\_ETP\\_final.pdf](http://www.otsh.mai.gov.pt/cms/files/conteudos/Brasil_Relatorio_ETP_final.pdf)

**Trafficking in Persons Report (TIP) 2013 (2013)** – Documento da responsabilidade do U.S State Department: “This Trafficking in Persons Report focuses on victim identification as a top priority in the global movement to combat trafficking in persons. It details training and techniques that make identification efforts successful, as well as the pitfalls of inadequate identification. It also highlights new innovations and partnerships within and beyond government that will enhance identification efforts. If successfully implemented, these innovations will enable more effective delivery of services to survivors and an accumulation and analysis of data to improve the overall response to trafficking”. (p. 8)

<http://www.state.gov/j/tip/rls/tiprpt/2013/>

**A Proteção dos Direitos Humanos e as Vítimas de Tráfico de Pessoas - Rotas, Métodos, Tipos de Tráfico e Setores de Atividade em Portugal" (2012)** – O estudo editado pelo IEEI - Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais “é resultado de uma investigação de três anos sobre o fenómeno do tráfico em Portugal e a identificação de boas práticas com o objetivo de fundamentar a formulação de recomendações práticas para os três sectores: público, privado e terceiro sector.

A investigação assentou numa análise qualitativa de informação e de entrevistas detalhadas com vítimas de tráfico, sinalizadas ou apoiadas por ONG ou sinalizadas pela equipa de investigação, entre junho de 2010 e julho de 2012. A investigação inclui também a análise de boas práticas internacionais e nacionais no combate ao tráfico de seres

humanos /TSH) que foram recolhidos e examinados a partir de missões de terreno a oito países (Suíça, Reino Unido, Holanda, Bélgica, França, Itália, Grécia e Brasil) e em Portugal, com entrevistas a especialistas e instituições dos três sectores”.

“A dimensão do fenómeno do tráfico em Portugal é superior ao que é sugerido pelas estatísticas oficiais, que apenas incluem uma parte dos casos sinalizados. Existe uma incerteza sobre a real dimensão que é explicada pelas deficiências de elaboração de estatísticas oficiais, as quais não incluem a maioria dos casos sinalizados pelas ONG, e pelo défice de investigação sobre o tráfico em Portugal. Tendo em conta os dados oficiais não incluídos nas estatísticas; os casos analisados de sinalizações feitas pelas ONG mas não reportados via GS; os dados fornecidos pelas vítimas entrevistadas sobre outras vítimas; e os dados de vítimas que transitaram por Portugal fornecidos por organizações internacionais; é possível estimar que o limite mínimo do número de vítimas traficadas anualmente tendo Portugal como destino, trânsito e origem é de 250 a 270 vítimas, ou seja mais do triplo dos dados oficiais relativos a vítimas sinalizadas.

A investigação sobre as rotas e a dimensão do fenómeno em Portugal, confirma que Portugal é um país de origem, destino e trânsito de tráfico de seres humanos (TSH), de vítimas provenientes de diferentes continentes – África, com peso maioritário, Europa, América Latina e, crescentemente, da Ásia. O estudo documentou a natureza de país de trânsito, aspeto até aqui não investigado, por falta de dados registados a nível oficial. Por outro lado, é possível sustentar a existência de um tráfico transfronteiriço crescente, entre Portugal e Espanha (vítimas portuguesas para Espanha e espanholas para Portugal), quer para exploração laboral quer sexual”.(p. 4)

[http://www.ieei.com.pt/traficodepessoas/  
images/documentos/trafico\\_humano.pdf](http://www.ieei.com.pt/traficodepessoas/images/documentos/trafico_humano.pdf)

**Situação mundial da infância 2012 (2012)** – Relatório da UNICEF: "A todo momento, aproximadamente 2,5 milhões de pessoas são submetidas ao trabalho forçado como resultado do tráfico – de 22% a 50% delas são crianças. O tráfico infantil frequentemente é ocultado, negado ou ignorado, o que dificulta a obtenção de dados abrangentes. Algumas formas ocorrem principalmente em áreas urbanas: por exemplo, o tráfico para o trabalho sexual e o tráfico que visa às crianças que vivem ou trabalham nas ruas das cidades.

Muitas crianças vítimas do tráfico são levadas de áreas rurais para áreas urbanas. Um estudo realizado em 2001 sobre a exploração sexual de meninas entre 9 e 17 anos de idade nas cidades principais da Tanzânia constatou que muitas delas foram trazidas do interior do país. Algumas haviam sido recrutadas como empregadas domésticas, e sofreram abusos na casa de seus empregadores; outras foram levadas diretamente para a prostituição ou recrutadas para essa atividade por outras crianças. Um estudo indica que a maior parte das meninas vítimas do tráfico é obrigada a tornar-se trabalhadora do sexo, por exemplo, nas principais cidades indianas – Mumbai, Déli e Calcutá. Nas cidades de Bangladesh, é grande o número de meninas e meninos que são explorados em bordéis e nos mercados de sexo de rua.

No Leste da Europa, o risco de crianças entre 13 e 18 anos de idade tornarem-se vítimas do tráfico é particularmente alto. Evidências sugerem que pobreza, alcoolismo, famílias disfuncionais, abuso de drogas, abuso sexual e violência". (p. 31)

[http://www.unicef.pt/18/Relatorio\\_SituacaoInfancia2012.pdf](http://www.unicef.pt/18/Relatorio_SituacaoInfancia2012.pdf)

**100 best practices in combating traffick-**

### **ing in persons: the role of civil society, a series of 100 best practices (2012) -**

Da responsabilidade de The Protection Project da Johns Hopkins University: "Over the past decade, civil society has played a pivotal role in the fight against trafficking in persons. A multifaceted and complex phenomenon, trafficking in persons must be addressed at various levels. Members of civil society have worked alone or by joining forces with law enforcement groups, legislators, national governments, and international organizations while designing strategies of prevention, protection, prosecution, advocacy, and research.

Whether by (a) raising awareness about the various related issues, (b) empowering at-risk communities and individuals to make them less vulnerable to the lure of traffickers, (c) assisting in identifying victims and investigating trafficking cases, (e) providing services to victims to guide them along their rehabilitation and reintegration path, (e) conducting research on various aspects of the problem, or (f) advocating for legislative or policy change, the representatives of civil society have significantly contributed to tackling this grave and horrific crime.

The Protection Project encourages the dissemination of information about the best ways to combat trafficking in persons by recommending five main components of civil society: (a) nongovernmental organizations (NGOs), (b) corporations, (c) academia, (d) media, and (e) faith-based organizations. The Protection Project's 100 Best Practices in Combating Trafficking in Persons: The Role of Civil Society offers examples of some successful initiatives that have been undertaken by representatives of those five main categories. This publication is intended to serve as a guide in the design and implementation of anti-trafficking practices worldwide, as well as to inform the general public about outstanding contributions to the fight

against trafficking in persons.

This document is divided into five parts: Part I highlights initiatives carried out by NGOs, which are grouped under four broad categories: prevention, protection, identification and investigation, and multipronged initiatives. Part II lists initiatives undertaken by corporations, employment agencies, unions, and workers' associations. Research projects, secondary school, and university courses about trafficking in persons, as well as clinical programs, are grouped in Part III, which is devoted to academia. Part IV focuses on media initiatives and highlights the different means used to inform the widest possible audience about trafficking in persons, including news programs, documentaries, films, websites, and mobile applications. Finally, Part V highlights the role that religious institutions can play in the fight against trafficking and lists initiatives taken by faith-based organizations".

[http://www.protectionproject.org/wp-content/uploads/2012/07/100-Best-Practices-in-Combating-TIP\\_Final-Doc1.pdf](http://www.protectionproject.org/wp-content/uploads/2012/07/100-Best-Practices-in-Combating-TIP_Final-Doc1.pdf)

### **Combating Trafficking as Modern-Day Slavery: A Matter of Non-Discrimination and Empowerment: 2012 Annual Report of the Special Representative and Co-ordinator for Combating Trafficking in Human Beings (2012) –**

Publicação conjunta da OSCE (Organization for Security and Co-operation in Europe) e do Office of the Special Representative and Co-ordinator for Combating Trafficking in Human Beings. Portugal é um dos países participantes neste relatório.

<http://www.osce.org/cthb/98249>

### **Estratégia da União Europeia para a erradicação do tráfico de seres humanos 2012-2016 (2012) –**

Comunicação da Comissão Europeia ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões: "O tráfico de seres humanos é a escravatura dos tempos modernos.

As vítimas são muitas vezes recrutadas, transportadas ou alojadas, recorrendo à força, à coação ou à fraude, para fins de exploração, nomeadamente sexual, de trabalho ou serviços forçados, mendicidade, atividades criminosas ou remoção de órgãos. Trata-se de uma violação grave da liberdade e da dignidade humana e constitui uma forma de criminalidade grave cujas implicações ultrapassam muitas vezes as capacidades individuais dos países para lhe darem uma resposta eficaz.

O tráfico de seres humanos assume muitas formas diferentes e evolui em função das circunstâncias socioeconómicas. Tem como alvo mulheres, homens, raparigas e rapazes em situações vulneráveis. As últimas estimativas da Organização Internacional do Trabalho, de junho de 2012, relativas ao período 2002-2011, revelam que o número de vítimas de trabalho forçado, incluindo exploração sexual forçada, ascende a 20,9 milhões a nível mundial, estimando-se que o número de crianças vítimas de tráfico atinge 5,5 milhões. No entanto, estas estimativas são consideradas prudentes.

O tráfico de seres humanos é uma forma de criminalidade lucrativa, gerando anualmente para os seus autores dezenas de milhares de milhões de euros. Segundo o relatório de 2010 do Gabinete para a Droga e a Criminalidade das Nações Unidas, 79 % das vítimas de tráfico de seres humanos identificadas a nível mundial são objeto de exploração sexual, 18 % são submetidas a trabalho forçado e 3 % a outras formas de exploração. Destas vítimas, 66 % são mulheres, 13 % raparigas, 12 % homens e 9 % rapazes". (p. 2)

O tráfico de seres humanos é um fenómeno transnacional complexo cujas raízes profundas são a vulnerabilidade causada pela pobreza, a falta de cultura democrática, as desigualdades entre homens e mulheres e a violência perpe-

trada contra as mulheres, as situações de conflito e pós-conflito, a falta de integração social, a falta de oportunidades e de emprego, a falta de acesso à educação, o trabalho infantil e a discriminação". (p. 3)

<http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2012:0286:FIN:PT:PDF>

**Relatório Global sobre Tráfico de Pessoas 2012 (2012)** – Documento da responsabilidade das Nações Unidas (United Nations Office on Drugs and Crime). Este é um estudo a nível mundial que inclui dados sobre Portugal: "According to the Report, at least 136 different nationalities were trafficked and detected in 118 different countries. Human trafficking happens throughout the world with millions of victims falling through the cracks of their own societies only to be exploited by traffickers. They can be found in the world's restaurants, fisheries, brothels, farms and homes, among many other activities.

One of the most worrying trends is the increase in child victims. From 2003–2006, 20 per cent of all detected victims were children. Between 2007 and 2010, the percentage of child victims had risen to 27 per cent. Trafficking originating from East Asia also remains the most conspicuous globally. Based on the Report, East Asian victims were found in 64 countries in all regions, and were often detected in large numbers". (p. 5)

[http://www.unodc.org/documents/data-and-analysis/glotip/Trafficking\\_in\\_Persons\\_2012\\_web.pdf](http://www.unodc.org/documents/data-and-analysis/glotip/Trafficking_in_Persons_2012_web.pdf)

**The Protection Project review of the Trafficking in Persons Report 2012 (2012)** – Da responsabilidade de The Protection Project da Johns Hopkins University: "On June 19, 2012, the United States Department of State, Office to Monitor and Combat Trafficking in Persons released the 2012 Trafficking

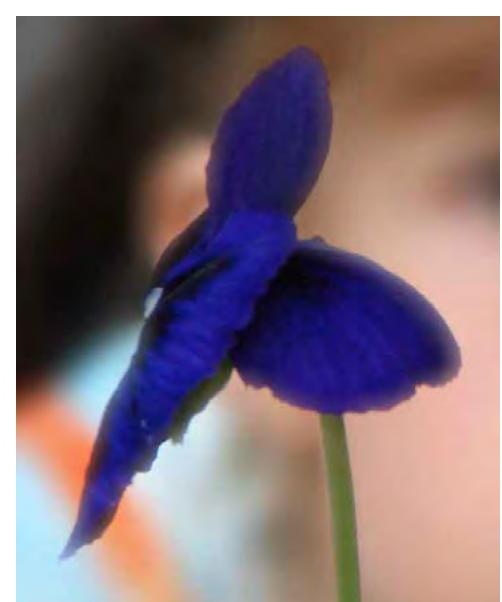
in Persons Report (TIP Report).

The TIP Report is comprehensive, well drafted, and thoroughly documented. In my opinion, the Report constitutes the primary reference and main source of information on efforts made by governments worldwide to combat trafficking in persons. The purpose of this review is to analyze the valuable information provided in the TIP Report. The Report is not only a diplomatic tool designed to engage governments in the battle against trafficking; it also serves an educational function, which has been the inspiration for this research". Portugal está entre os países analisados.

"Trafficking for the purpose of child labor and labor exploitation of children occurs in 152 of the 186 countries included in the TIP Report 2012". (p. 19)

"According to the 2012 TIP Report, child soldiers are present in 19 countries throughout the globe. Children are recruited by armed rebel groups and/or government armed forces". (p. 21)

<http://www.protectionproject.org/wp-content/uploads/2012/07/TIP-Review-2012-Final.pdf>



**O tráfico de pessoas: a identificação do recrutamento, transporte e controlo (2012)** – Trabalho de Licenciatura de Andreia Tavares: “O objetivo da investigação é responder à necessidade de identificação do perfil de criminoso(s) que procede(m) ao recrutamento de vítimas para tráfico de seres humanos e relacionar as formas de transporte e controlo consoante a nacionalidade das vítimas. A literatura sobre o tema de tráfico de pessoas existente fala-nos do fenómeno e das rotas existentes assim como das redes criminosas, contudo não aprofunda os temas de recrutamento, transporte e formas de controlo. Esta investigação pretende contribuir para uma maior clarificação e desmitificação do tema. Visto que esta investigação é baseada em descrições de experiências individuais e tem como objetivo descobrir a vivência da vítima no fenómeno de tráfico de pessoas pelos entrevistados, a utilização do método qualitativo tornar-se-á mais eficaz”.

<http://bdigital.ufp.pt/handle/10284/3329>

**What is trafficking in persons? Fact sheet office to monitor and combat trafficking in persons (2012)** – Página da responsabilidade do Office to Monitor and Combat Trafficking in Persons do Governo dos Estados Unidos da América: “Over the past 15 years, “trafficking in persons” and “human trafficking” have been used as umbrella terms for activities involved when someone obtains or holds a person in compelled service.

The United States government considers trafficking in persons to include all of the criminal conduct involved in forced labor and sex trafficking, essentially the conduct involved in reducing or holding someone in compelled service. Under the Trafficking Victims Protection Act as amended (TVPA) and consistent with the United Nations Protocol to Prevent, Suppress and Punish Trafficking in Per-

sons, Especially Women and Children (Palermo Protocol), individuals may be trafficking victims regardless of whether they once consented, participated in a crime as a direct result of being trafficked, were transported into the exploitative situation, or were simply born into a state of servitude. Despite a term that seems to connote movement, at the heart of the phenomenon of trafficking in persons are the many forms of enslavement, not the activities involved in international transportation”.

<http://www.state.gov/j/tip/rls/fs/2012/194732.htm>

**Políticas públicas de enfrentamento ao tráfico infanto-juvenil: pela preservação dos direitos humanos das crianças e dos adolescentes (2012)** – Dissertação de Mestrado de Thanara Rocha Diógenes: “Crianças e adolescentes são vítimas diárias da Exploração Sexual Comercial (ESCCA) que possui como modalidades a “prostituição”, a pornografia, o turismo sexual e o tráfico para fins sexuais. Dentre essas modalidades, o presente trabalho dar enfoque maior ao tráfico infanto-juvenil para fins sexuais, pois a exploração na indústria do sexo é a forma mais disseminada. Assim, este trabalho tem como objetivo geral analisar as políticas públicas de combate ao tráfico de crianças e adolescentes; e como objetivos específicos estudar a Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescente (ESCCA), com ênfase no tráfico para fins sexuais; verificar o panorama nacional do tráfico infanto-juvenil para fins sexuais; e identificar as políticas públicas existentes, no Brasil, de enfrentamento a essa prática violadora dos direitos humanos de crianças e adolescentes”.

[http://bdtdj.ibict.br/executarAcao.jsp?codAcao=3&codTd=286861&url=http://www2.unifor.br/tede//tde\\_busca/arquivo.php?codArquivo=891551](http://bdtdj.ibict.br/executarAcao.jsp?codAcao=3&codTd=286861&url=http://www2.unifor.br/tede//tde_busca/arquivo.php?codArquivo=891551)

**Re/integration of trafficked persons:**

**supporting economic empowerment 2012 (2012)** – Documento de Rebecca Surtees, editado pelo King Baudouin Foundation. “Careful consideration is needed as to how economic empowerment initiative can best support the economic empowerment needs of trafficked children and youth and their families, may differ quite substantially from adults as well as from case to case. Adequate time is needed to make an informed assessment of these needs, both from the perspective of the individual child or youth and their parent or guardian. Exploring economic options will necessarily involve deciding when to work directly with the child toward his/her skills development and economic empowerment as well as when and how to work with the child’s parent or guardian. This will necessarily involve a comprehensive understanding of each child’s situation and will depend on various factors, including the child’s age, education and stage of development. Dynamics within the family where the child will be re/integrated is another factor in such decisions, as is knowledge of the local labour market. The overarching factor, ultimately, is a determination of what is in the child’s best interest, which can only be assessed by involving the child in this decision-making process”. (p. 63)

[http://www.nexusinstitute.net/publications/pdfs/NEXUS\\_Economic%20Empowerment.pdf](http://www.nexusinstitute.net/publications/pdfs/NEXUS_Economic%20Empowerment.pdf)



**Kenya's constitution and child trafficking as a security threat (2012)** – Artigo de E.O.S. Odhiambo [et al.]: "Human trafficking also referred to as modern-day slavery is seen as a security threat. Traditional security approaches to human trafficking call for analysis of trafficking as a threat to the Kenyan state and to Kenya's control of its borders. Traditional security analyses of trafficking emphasize border security, migration controls, and international law enforcement cooperation. This article discusses three forms of child trafficking: sexual exploitation, forced labor and child soldiers and argues that the newly promulgated Kenyan constitution in chapter three on citizenship has a provision that can be interpreted as encouraging child trafficking".

<http://www.doaj.org/doaj?func=fulltext&aId=1196291>

**Child Trafficking in the Nordic Countries: rethinking strategies and national responses (2012)** – Estudo de UNICEF

Innocenti Research Centre: "The study was initiated with twin aims: improving understanding of child trafficking and responses in the region; and contributing to the international discourse on child trafficking by examining the linkages between anti-trafficking responses and child protection systems. Although the study was conceived with a primary focus on trafficking, its scope is much broader. It analyses how the general principles of the Convention of the Rights of the Child are applied in relation to those children vulnerable to trafficking and other forms of exploitation. The study confirms that the Nordic countries have indeed made significant – and continuously evolving – attempts to address the issue of child trafficking, including through setting up relevant institutions, developing action plans and allocating budgets. However, while this has meant that specialized expertise is available for specific groups of children,

it has sometimes also led to fragmentation of services, leaving some children unprotected. The research also finds that many existing gaps may be bridged by consistent and strengthened implementation of the Convention on the Rights of the Child. At the same time, the study highlights that there is a way to achieve a fuller realization of rights for children who are vulnerable".

<http://www.unicef-irc.org/publications/654>

**GRETA reports (2010-2012)** – Da responsabilidade da Comissão Europeia: "The Council of Europe's Group of Experts on Action against Trafficking in Human Beings (GRETA) is responsible for monitoring the implementation of the Council of Europe Convention on Action against Trafficking in Human Beings, in force in 34 countries in Europe. GRETA makes recommendations to the Members States concerning the measures to be taken as a follow-up to its reports.

Between September 2010 and June 2011, GRETA evaluated the first ten countries which became Parties to the Convention (Albania, Austria, Bulgaria, Croatia, Cyprus, Denmark, Georgia, Moldova, Romania and the Slovak Republic)".

<http://ec.europa.eu/anti-trafficking/entity.action?path=Publications%2FGRETA+Reports+Released>

**An Integrated Theoretical Framework to Describe Human Trafficking of Young Women and Girls for Involuntary Prostitution (2012)** – Trabalho de Thozama Mandisa Lutya e Mark Lanier: "The United States State Department, the United Nations and Kevin Bales (2009) independently estimate that 27 million people are victimized by human traffickers each year. In this paper, the practice is defined and disparate theoretical explanations are presented. This paper then consolidates these theoretical explanations to describe the widespread proliferation of this modern form of slavery by taking a multi-disciplinary approach based on rationale choice, demand theory, victimology, economic and constitutive theories. The paper concludes with epidemiological theoretically derived policy solutions, with special mention of public health, justice, victim support and investigation of human trafficking, (Akers & Lanier, 2009). An integrated multi-disciplinary perspective may provide essential information useful to devise strategies to respond to human trafficking of women for sexual exploitation, (Lanier, Pack & Akers, 2009)".

<http://repository.up.ac.za/handle/2263/20148>



**Trafficking in persons in Spain: invisible victims (2012)** – Relatório de The Spanish Ombudsman Office (Defensor del Pueblo): “This report contains the outcome of 140 investigations with several recommendations for the administrations. The report also contains a comparative analysis of the national legislation to see if it complies with the EU Directives. The EU Strategy towards the Eradication of Trafficking in Human Beings (2012-2016) has been also considered.

The innovative methodology of the report is based on the work of consultants following-up the victims both in their countries of origin and in the EU countries”.

<http://ec.europa.eu/anti-trafficking/entity.action?path=Publications%2FTrafficking+in+Spain>

**Folheto sobre tráfico humano (2011)** – Da autoria da APAV (Associação Portuguesa de Apoio à Vítima) e do Projeto SUL.

[http://apav.pt/sul/SUL\\_trafico.pdf](http://apav.pt/sul/SUL_trafico.pdf)

**Manual SUL: apoio à vítima imigrante (2011)** – Da autoria da APAV (Associação Portuguesa de Apoio à Vítima).

[http://apav.pt/sul/manual\\_SUL.pdf](http://apav.pt/sul/manual_SUL.pdf)

**Child trafficking in Tanzania: experiences of trafficked girls in Dar es Salaam (2011)** – Tese de Mestrado de Angela Kavishe: “This study focuses on the experiences of trafficked children in Tanzania. Trafficking of children deprives them of human rights and freedoms; it may also pose a public health risk. Migration of children who are fostered by extended family is a long-standing customary practice in Tanzania, but while the circumstances of fostering have changed, given increasing rural poverty and the impact of the HIV/AIDS, this has not been recognized in Tanzanian society. The government enacted the Anti-Trafficking Act 2008, and the Law of Child Act 2009, but children who migrate are increasingly being exploit-

ed and abused; this has transformed specific cases from migration into trafficking. Very little research has been conducted on the phenomenon of trafficking in East Africa and it was difficult to find any studies on child trafficking. This study explored the experiences of trafficked young girls in Dar es Salaam city”.

<https://bora.uib.no/handle/1956/5301>

**Segurança humana entre cooperação internacional e a governação nacional: a política da República da Bielorrússia face à ameaça do tráfico de seres humanos (2011)** – Dissertação de Mestrado de Vera Antonievna Opoko: “Esta tese analisa o desenvolvimento da política da República da Bielorrússia no combate ao tráfico de seres humanos, bem como a sua implementação”.

<http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/18845/1/Vera%20Antonievna%20Opoko.pdf>

**Exploração sexual de crianças e adolescentes e as redes de proteção: um estudo socioambiental na cidade do Rio Grande (2011)** – Tese de Mestrado de Luciana Veja. (...) “O Estudo I teve como objetivo mapear a realidade da exploração sexual de crianças e adolescentes na cidade do Rio Grande e identificar a rede de proteção construída no município para o enfrentamento dessa violação.

Uma versão adaptada do protocolo de mapeamento foi aplicada a três conselheiros tutelares, cada uma representando uma microrregião I, II e III e a uma representante do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS). O estudo II teve como objetivo investigar a percepção da vítima de exploração sexual sobre a violação propriamente dita e o seu conhecimento, acesso e avaliação da rede de proteção existente. Nessa etapa participaram

cinco meninas com faixa etária de 11

a 17 anos que cumpriram os seguintes critérios: sexo feminino ou masculino, idade até 18 anos e envolvimento em alguma forma de exploração sexual (prostituição, turismo sexual, pornografia, tráfico para fins sexuais)”.

[http://bdtdj.ibict.br/executarAcao.jsp?codAcao=3&codTd=253159&url=http://bdtd.furg.br/tde\\_busca/arquivo.php?codArquivo=460](http://bdtdj.ibict.br/executarAcao.jsp?codAcao=3&codTd=253159&url=http://bdtd.furg.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=460)

**EU Directive on preventing and combating trafficking in human beings and protecting victims: will it be effective? (2011)** – Artigo de Katarzyna Gromek-Broc: “Uma resposta eficaz contra o tráfico humano se tornou uma prioridade para os legisladores da União Europeia nos últimos anos. Orientações sobre esta questão foram aprovadas em março de 2011, concebido para proporcionar medidas eficazes para prevenir a criminalidade, proteger as vítimas e punir os criminosos. Ele também prometeu oferecer uma maior interação entre as plataformas europeias e internacionais e os instrumentos internacionais como a União Europeia, o Conselho da Europa, da ONU e da OIT. Este artigo analisa não só os lucros, diretrizes e fraquezas, mas também analisa os desafios emergentes e questiona a eficácia de algumas disposições ambíguas.

A importância de uma perspectiva centrada na vítima, que é abrangente e baseada nos direitos humanos. Ele olha para alguma nova legislação como uma forte definição de tráfico, a definição de determinadas infracções, multas ou a não criminalização das vítimas. Ela enfatiza a importância da proteção das vítimas extensa durante o processo penal e depois. O artigo também discute as questões não resolvidas e fundo das orientações. Por isso levanta a questão: “Essas orientações serão mudanças verdadeiramente eficazes?”

<http://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/3897658.pdf>

**La trata de niños y niñas estado de la situación actual (2011)** – Artigo de Atria Mier Hernández e Sara Rodríguez Argüelles: “La trata de personas es una de las peores violaciones de los derechos humanos que existe actualmente.

En pleno siglo XXI constituye una forma de esclavitud que ni la comunidad internacional ni los estados han sido capaces de combatir y abordar eficazmente. Se ha detectado en casi todos los lugares del mundo y cada año esclaviza a millones de personas, en su mayoría mujeres y niñas.

Dada la extrema gravedad que entraña la trata de personas, máxime si hablamos de niños y niñas, y la dificultad de obtener datos estadísticos y cifras reales, las autoras se han visto en la necesidad de manejar estimaciones y dibujar un mapeo lo más aproximado posible a la realidad que se intenta desgranar.

El objetivo de este artículo es hacer un recorrido por la trata para visibilizar el alcance de la problemática y su carácter multidimensional. En él se hace una recopilación crítica y sistemática de la situación global de la trata de niños y niñas. Se ofrecen una serie de cifras y datos entorno a la trata y se recogen los instrumentos jurídicos más importantes que abordan este delito. Más adelante se abordan algunas de las principales causas estructurales, especialmente la infancia en migraciones. Por último se abordan las consecuencias de la trata de niños y niñas y el paradigma de las 3 P: prevención, persecución criminal y protección de las víctimas”.

<http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=3897635>

**(Des)Cuidado institucional e exploração sexual de crianças e adolescentes na Metrópole da Amazônia (2010)** – Tese de Doutoramento de Ângela Maria Nascimento Oliva. “A presente tese de doutoramento discute o fenômeno da exploração sexual de crianças e adolescentes sob a égide da categoria “cui-

dado”. A opção por este direcionamento deu-se em virtude do potencial que a referida categoria congrega, ainda pouco difundido no âmbito das Ciências Sociais, apesar de se registrar um crescimento recente de interesse pelo tema. Compreendo que enquanto categoria filosófica o “cuidado” pode e deve ser apropriado pelas análises sociológicas. A exploração sexual é, portanto, o problema a partir do qual discutirei o cuidado.

O pressuposto de partida da tese foi o de que a exploração sexual, historicamente construída, continua multiplicando-se devido a um contexto social excludente, e a fragilidade de políticas públicas que parecem um tanto distanciadas de uma perspectiva do “cuidado”. O pressuposto remete, convencionalmente, para dois tipos de preocupações, dois aspectos transversais: o humanismo e a ética. Porém, quando se vai à raiz filosófica destes dois aspectos, encontra-se uma categoria filosófica que pode ser considerada a matriz de ambas. Trata-se da categoria “cuidado”.

<https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/14518>



**Human trafficking: manual for journalists (2010)** – Publicação da responsabilidade da Comissão Europeia: “This manual was created with the intention to offer all those who write on the phenomenon of trafficking in women fundamental information on the problem itself, by offering a definition and his-

torical outline, providing a general overview of the situation and new trends in human trafficking in the world.

There is a section specifically devoted to the trafficking in women in Serbia based on the data collected by means of the SOS hotline for victims of trafficking”.

[http://ec.europa.eu/anti-trafficking/entity.action;jsessionid=ZqknRQIPtKTDY618tPPx1Th182pW9qnQyJJchgwQGYFI5C77jdK!-656776111?path=Publications%2FHuman\\_trafficking\\_manual\\_for\\_journalists](http://ec.europa.eu/anti-trafficking/entity.action;jsessionid=ZqknRQIPtKTDY618tPPx1Th182pW9qnQyJJchgwQGYFI5C77jdK!-656776111?path=Publications%2FHuman_trafficking_manual_for_journalists)

**Human trafficking in the Republic of Serbia report for the period 2000-2010 (2010)** – Relatório da ASTRA,

Anti Trafficking Action: “Anti Trafficking Action has presented its Report on Human Trafficking in Serbia for the period 2000-2010. Besides the analysis of modalities of incorporation of the two most relevant international documents – UN Palermo Protocol and Council of Europe’s Convention on Action against Trafficking in Human Beings in domestic legislation and solutions it envisages, a great portion of the report is dedicated to the analysis of the practice which ASTRA as a civil society organization has witnessed from the very beginning of its work.

The Report contains six annexes including the report on ASTRA SOS Hotline 2002-2010; the maps of recruitment points in Serbia and human trafficking routes across Serbia and Europe; the results of a survey on citizens’ perception of human trafficking in Serbia; the report on the SerbAz labor exploitation case; the report of discovered trafficking cases and activities undertaken by the police and social welfare centers in 2010 in towns where ASTRA Network member organizations operate.

The Report has been created with the support of the European Union (EIDHR) and OAK Foundation”.

<http://www.b92.net/eng/download.php?ml?75464,0,0>

**An analytical review 10 years on from the adoption of the UN Trafficking in Persons Protocol (2010)** – Documento da responsabilidade da Inter-Agency Coordination Group against Trafficking in Persons (ICAT): “From 18-22 October 2010, the international community, in the fifth Conference of the Parties to the United Nations Convention against Transnational Organized Crime and its Protocols (CTOC/COP), commemorates the 10 year anniversary of the adoption of the Convention and the Protocol to Prevent, Suppress and Punish Trafficking in Persons, Especially Women and Children by the United Nations General Assembly.

The purpose of this document is to, first, provide an overview of the mandates of the member organisations of the Inter-Agency Coordination Group against Trafficking in Persons (ICAT). These organisations collectively represent the relevant United Nations agencies and other international organizations involved in combating human trafficking. As can be seen, a great deal of work is currently done within the UN system to address multiple dimensions of trafficking in persons – what is also evident is the potential for a more comprehensive and effective response from the United Nations organisations and their partners.

Second, the document provides, from key agencies, an analytical review of where the international community now stands 10 years on from the adoption of the Trafficking Protocol. Focusing on their particular fields of work, these contributors provide an analysis of the gaps in the current knowledge of and response to trafficking in persons and the related priorities for action.

Finally, the document provides a view to the future with the proposal by particular agencies of concrete recommendations for future action. These recommendations are directed to multiple actors, including the international organ-

isations themselves, but their key targeted audience are the Member States of the United Nations. This reflects the common mandate of all organizations represented in this publication – to provide assistance to all countries to prevent and combat trafficking in persons, and ensure a new level of commitment to the political will collectively demonstrated by the international community 10 years ago”.

[http://www.unodc.org/documents/human-trafficking/ICAT\\_Background\\_Paper.pdf](http://www.unodc.org/documents/human-trafficking/ICAT_Background_Paper.pdf)

**Child trafficking – essentials (2010)**

– Brochura da responsabilidade da International Labour Organization (ILO), disponível em inglês, francês e espanhol: “This hand-out clarifies the concept of child trafficking including the labour dimension, and describes the nature of child trafficking and its appearances. It also offers short descriptions of effective responses in the world of work”.

<http://www.ilo.org/ipecinfo/product/viewProduct.do?productId=14616>

**Portugal nas redes internacionais do tráfico de seres humanos (Crianças) (2010)** – Tese de Mestrado de Cristina

Maria Saragoça: “Muitas vezes chamado de "escravatura moderna," o TSH tem sido perpetrado por décadas, podemos até identificá-lo no início da sociedade humana. No entanto, ainda não se sabe muito sobre a sua dinâmica. De acordo com o último relatório do Departamento do Governo dos Estados Unidos (baseado em dados da Organização Internacional do Trabalho - OIT), o número de pessoas traficadas em matéria de trabalho forçado e de exploração sexual foi estimado em cerca de 12,3 milhões. Considerando essa grandeza, a ONG Terre des Hommes estima que um número de crianças situado entre os 300,000 milhões e os 1,2 milhões sejam traficadas por ano. Uma forma de combater e eliminar esse crime reside na tentativa de compreender as raízes

do TSH e cada vez mais na importância do papel desempenhado pela Declaração Universal dos Direitos do Homem e pela Convenção sobre os Direitos da Criança. O tráfico de crianças é visto não só como uma violação grosseira dos direitos humanos, mas também como uma questão de trabalho infantil, entre outras formas de exploração. Este facto pode induzir à ideia de um conflito entre a economia e os direitos humanos em contextos de crise económica e social. O que numa perspetiva de globalização, resulta numa ampliação deste crime hediondo. Neste contexto, tendo em atenção o passado histórico e cultural português, a grande questão deste estudo é a de entender qual é a situação em Portugal, considerando as redes transnacionais de TSH e o seu modus operandi (com especial atenção para com as crianças). As respostas a esta questão são e foram muito difíceis de obter. Apenas foi possível aceder aos dados da Direcção-Geral da Administração Interna, da Associação de Planeamento Familiar, do Programa para a Prevenção e Eliminação da Exploração do Trabalho Infantil e do recém-criado Observatório para o Tráfico Humano”.

<https://www.repository.utl.pt/handle/10400.5/2923>

**Disappearing, departing, running away – A surfeit of children in Europe (2010)**

– Estudo da Terre des Homme: “The study – carried out in Belgium, France, Spain and Switzerland in 2008-2009 – focuses on the alarming phenomenon of foreign unaccompanied minors disappearing from institutions.

The study has mainly been conducted through interviews with approximately 90 professionals in charge in these institutions. It includes recommendations to governments, legislative authorities, the judiciary and social services”.

<http://ec.europa.eu/anti-trafficking/entity.action?path=Publications%2FA+surfeit+of+children+in+Europe>

**Lifestyles and routine activities of South African teenagers at risk of being trafficked for involuntary prostitution (2010)** – Artigo de Thozama Mandisa Lutya: "The United Nations estimates that 79% of teenage girls trafficked globally every year are forced into involuntary prostitution. About 247 000 South African children work in exploitative conditions; about 40 000 South African female teenagers work as prostitutes. This paper investigates lifestyles and routine activities of teenagers at risk of being trafficked for involuntary prostitution. The key concepts involuntary prostitution, intergenerational sex and exploitative conditions are defined in relation to the lifestyles and routine activities of South African female teenagers. Human trafficking for involuntary prostitution is described, based on a literature review. Lifestyle exposure and routine activities theories help to explain the potential victimisation of these teenagers in human trafficking for involuntary prostitution. Actual lifestyle and routine activities of South African teenagers and risky behaviours (substance abuse, intergenerational sex and child prostitution) are discussed as factors that make teens vulnerable to such trafficking. This paper recommends that human trafficking prevention efforts (awareness programmes and information campaigns) be directed at places frequented by human traffickers and teenagers in the absence of a capable guardian to reduce victimisation, as traffickers analyse the lifestyles and routine activities of their targets. South Africa should also interrogate entrenched practices such as intergenerational sex".

<http://repository.up.ac.za/handle/2263/15880>

**Manual de Boas Práticas no Combate ao Tráfico de Seres Humanos : Migrações, Combate ao Tráfico de Pessoas – Valorização e Inclusão Social das**

**Vítimas (2009)** – Da responsabilidade do IEEI - Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais "A análise das boas práticas no combate ao tráfico e na proteção de vítimas de tráfico foi elaborada com base em investigação que envolveu não apenas o tratamento de fontes secundárias, relativas a estudos pré-existentes de análise e discussão de boas práticas, mas também, e sobretudo, investigação original com base em trabalho de campo e fontes primárias. A investigação foi estruturada em quatro fases. A investigação de fontes secundárias constituiu a primeira fase e foi realizada antes do início das missões ao terreno. Esta fase permitiu sistematizar a informação sobre um conjunto de boas práticas em diferentes países e o teor e fundamentos de algumas das avaliações preliminares realizadas e disponíveis em estudos realizados por organizações internacionais, ONG ou universidades. Esta sistematização inicial foi crucial para selecionar as boas práticas e os países a elas associados que iriam ser objeto da segunda fase de investigação".  
[http://www.ieei.com.pt/traficodepessoas/images/documentos/manual\\_boas\\_praticas.pdf](http://www.ieei.com.pt/traficodepessoas/images/documentos/manual_boas_praticas.pdf)

**Manual contra o tráfico de pessoas para profissionais do sistema de justiça penal (2009)** – Da responsabilidade da Organização das Nações Unidas. " O Manual contra o Tráfico de Pessoas para Profissionais do Sistema de Justiça Penal é o produto da perícia acumulada durante uma série de reuniões de peritos que contou com a participação de juízes, procuradores e autoridades de aplicação da lei, todos eles profissionais que atuam no domínio da luta contra o tráfico de seres humanos. Cada um dos módulos do manual está concebido para preparar os profissionais no sentido de darem resposta de forma adequada aos vários desafios colocados por este crime. As boas práticas apresentadas em cada um dos módulos destinam-se não apenas a revelar a complexidade do

fenómeno em si mas pretendem, acima de tudo, capacitar os profissionais para a aplicação, às suas próprias experiências no terreno, das lições retiradas por outros profissionais do mesmo domínio de atuação.

Os módulos abordam cada uma das fases da resposta do sistema de justiça penal ao tráfico de pessoas, funcionando como um todo em relação às necessidades concretas de cada fase, desde a identificação e proteção das vítimas, à investigação e instauração de procedimento criminal. O presente manual não é um ensaio académico, mas antes um guia prático para os profissionais do sistema de justiça penal".

<http://www.otsh.mai.gov.pt/?area=000&mid=000&sid=000&ssid=000&cid=CN T4cd98fd10c8b0>

**Child trafficking in the European Union: challenges, perspectives and good practices (2009)** – Relatório da responsabilidade da European Union Agency for Fundamental Rights: "The report is based on the study by the European Union Agency for Fundamental Rights (FRA) which finds out that a significant number of women and children fall victim to human trafficking in the European Union. Despite of it the number of convictions in cases of child trafficking is very low. A lot of children disappear from shelters and similar facilities and have a high risk to fall into the hands of traffickers.

The report points out the lack of monitoring of this problem and calls for better protection and care for the victims, particularly by providing specialized centers for victims of child trafficking and minimum standards for shelters. The EU legislation to combat child trafficking must be also improved and should provide the minimum standards for a policy of non-punishment of victims, who are oft treated as criminals".

[http://fra.europa.eu/fraWebsite/attachments/Pub\\_Child\\_Trafficking\\_09\\_en.pdf](http://fra.europa.eu/fraWebsite/attachments/Pub_Child_Trafficking_09_en.pdf)

### **Country reports on the FRA Report "Child Trafficking in the EU - Challenges, perspectives and good practices" (2009)**

Relatório da responsabilidade da European Union Agency for Fundamental Rights: "These country reports constitute summaries of the information drawn on by the FRA in order to compile its report "Child Trafficking in the EU - Challenges, perspectives and good practices".

<http://fra.europa.eu/en/country-report/2009/country-reports-fra-report-child-trafficking-eu-challenges-perspectives-and-good>

### **Training manual to fight trafficking in children for labour, sexual and other forms of exploitation. Textbook 1: Understanding child trafficking (2009)**

Publicação da responsabilidade do International Labour Office, International Programme on the Elimination of Child Labour (IPEC): "Textbook 1 covers definitions of and approaches to child trafficking, and aims to outline the main concepts involved so that there is clarity and common understanding. It includes facts and figures designed to give a 'snapshot' of child trafficking across the world, and looks at how statistics and data can be gathered and used so that such a snapshot is clear and usable. Finally, it explores the people involved in anti-trafficking efforts".

[http://www.unicef.org/protection/Textbook\\_1.pdf](http://www.unicef.org/protection/Textbook_1.pdf)

### **International Framework for Action to Implement the Trafficking in Persons Protocol (2009)**

– Documento da responsabilidade do United Nations Office on Drugs and Crime: "The Framework for Action is a technical assistance tool that assists United Nations Member States in the effective implementation of the Protocol to Prevent, Suppress and Punish Trafficking in Persons, Especially Women and Children (United Nations Trafficking Protocol), supplementing the United Nations Convention against Transnational Organized Crime (UNTOC).

The Framework is based on the objectives of the United Nations Trafficking Protocol and its provisions, following the three internationally recognized themes of prevention, protection and prosecution (the 3Ps) and national and international cooperation and coordination. It recommends operational measures for each of the Protocol's provisions. These measures draw on other international instruments, political commitments, guidelines and good practices to enable the implementation of a comprehensive anti-human trafficking response.

The Framework will assist Member States in identifying gaps and putting in place additional measures they may need, in conformity with international standards. The proposed measures and the resource documents listed are non-exhaustive and therefore should be complemented by additional measures and tailored to countries' regional and national context as well as institutional and legal systems". (p. 3)

[http://www.unodc.org/documents/human-trafficking/Framework\\_for\\_Action\\_TIP.pdf](http://www.unodc.org/documents/human-trafficking/Framework_for_Action_TIP.pdf)



### **Handbook on the Optional Protocol on the Sale of Children, Child Prostitution and Child Pornography (2009)**

– Publicação do UNICEF Innocenti Research Centre: "This handbook aims to promote understanding and effective implementation of the Optional Protocol to the Convention on the Rights of the Child on the sale of children, child prostitution and child pornography (OPSC). It describes the genesis, scope and content of the Protocol, and provides examples of measures taken by States Parties to fulfill their obligations under this instrument. The handbook is ad-

dressed principally to public officials and others who work with and for children, and whose duties and activities can help to enhance the protection of children from exploitation, whether on the national or local level".

[http://www.unicef-irc.org/publications/pdf/optional\\_protocol\\_eng.pdf](http://www.unicef-irc.org/publications/pdf/optional_protocol_eng.pdf)

### **O tráfico de pessoas em três dimensões: evolução, globalização e a rota Brasil-Europa (2009)**

– Tese de Mestrado de Thalita Carneiro Ary: "O objetivo central desta dissertação de mestrado é avaliar, conceitual e empiricamente, aspectos do tráfico de pessoas em evolução histórica, impactos no mundo atual e no caso da rota Brasil- Europa. O crime do tráfico de pessoas se apresenta como parte de um contexto no qual a globalização propicia e facilita a ação da criminalidade transnacional, transformando-o num assunto de extrema relevância para a comunidade internacional. A dissertação está organizada em três capítulos que se conectam e servem para propiciar uma compreensão ampla do objeto. Em primeiro lugar, analisa-se a trajetória histórica do tráfico de pessoas, apontando as mudanças responsáveis por moldar sua atual configuração. Em segundo lugar, é enfatizada a atuação da globalização como grande facilitadora da ação de redes criminosas internacionais que traficam seres humanos em escala global. Por fim, realiza-se uma apreciação das políticas anti-tráfico do Brasil e da União Europeia, visando constatar a efetividade dessas medidas, assim como observar em qual patamar se encontram seus esforços de cooperação no enfrentamento a esta movimentada rota de pessoas traficadas. Assim, o ponto central deste trabalho é identificar de que maneira o crime do tráfico de pessoas se encontra incorporado ao cenário internacional contemporâneo."

<http://repositorio.bce.unb.br/handle/10482/4359>

**South Africa's legal compliance with its international obligations in respect of child trafficking (2009)** – Tese de Mestrado de Wilmarie Horn: “Trafficking in children, commonly referred to as modern-day slavery, violates the fundamental rights of children, including the right to family- or parental care, or to appropriate alternative care when removed from the family environment; the right to be protected from maltreatment, neglect abuse or degradation; and to be protected from exploitative labour practices. The aims of this study are to analyse international and national legal measures currently in place to address the issue of child trafficking in South Africa; including the prevention of child trafficking, the protection of child victims of trafficking and the prosecution of traffickers. The study will further aim to evaluate future legal measures and policy which relate to child trafficking. Lastly a conclusion will be reached on the question whether South Africa is in compliance with its international and constitutional obligations with regard to child trafficking”.

<http://dspace.nwu.ac.za/handle/10394/4204>

**Stolen Future- Trafficking for Forced Child Marriage in the UK (2009)** – Documento da responsabilidade da ECPAT UK (End Child Prostitution, Child Pornography and the Trafficking of Children for Sexual Purposes): “ECPAT UK has found that children - using the UN Convention on the Rights of the Child definition where a child is every human being below the age of eighteen years - are being trafficked out of and into the United Kingdom for forced marriage. This includes British born children trafficked out of the UK to be forcibly married abroad and children who have been trafficked to the UK on the basis of a false promise of marriage only to end up in sexual exploitation. ECPAT UK has also found evidence that migrant chil-

dren have arrived in the UK on forged identity documents to make them appear older having been forced into a marriage in their country of origin to a UK citizen, or more rarely, to be married in the UK”. (p. 7)

<http://ec.europa.eu/anti-trafficking/entity.action?path=Publications%2FECPAT+Trafficking+for+forced+child+marriage+in+UK>

**Begging for Change: Research findings and recommendations on forced child begging in Albania/Greece, India and Senegal (2009)** – Relatório da responsabilidade da Anti-Slavery International: “The report focus on the phenomenon of forced child begging based on research conducted in Albania, Greece, India and Senegal. The point of departure is both local specifics and global commonalities.

The study finds that forced child begging takes on many different forms. Some children may be forced to beg by their parents or guardians while others are exploited by others. Children are sometimes trafficked into begging by informal networks or organised criminal gangs. The research indicates that, apart from those whose begging is linked to drug addiction, it is usually the youngest children who are victims of this practice. Forced begging involved both boys and girls.

The research points towards poverty as a key cause of forced child begging and the wider problem of begging in all of the settings examined. Poverty and its consequences and causes, such as migration and discrimination, are often the root cause of forced child begging. The report concludes with recommen-

dations for governments and others with a duty to protect children's rights”.

<http://ec.europa.eu/anti-trafficking/entity.action?path=Publications%2FBegging+for+Change>

**Their Protection is in Our Hands -The State of Global Child Trafficking for Sexual Purposes (2009)** – Da responsabilidade da ECPAT International: “The report was launched by ECPAT International and The Body Shop and reveals key findings on the scale of trafficking in children and young people for sexual purposes worldwide.

Main findings of the report include:

- The current global recession is increasing the vulnerability of children and young people at the hands of traffickers
- The numbers of children trafficked internally are increasing - as opposed to the main focus of anti-trafficking measures and agencies primarily being on cross-border trafficking.
- The profits generated from trafficking people into forced commercial sex amount to US\$27.8 billion per year and almost half of these profits - US\$ 13.3 billion - are made from children trafficked into or within industrialised countries.
- Human trafficking is the third largest international criminal activity after the illegal drugs and arms trades.
- Evidence suggests the traffickers are likely to come from the same ethnic or national background as the victim - in some cases neighbours or extended family members may be involved”.

<http://ec.europa.eu/anti-trafficking/entity.action?path=Publications%2FTheir+Protection+is+in+Our+Hands>



**Tráfico de seres humanos: análise de uma escravatura contemporânea (2009)** – Tese de Mestrado de Anabela Ferreira Filipe: “Este estudo pretende analisar o crime de Tráfico de Seres Humanos cujas variadas vertentes, concluímos, levam a que o classifiquemos como complexo, multifacetado e transnacional. Os números alarmantes da ONU, apresentados em Março de 2007, a propósito do anúncio da Iniciativa Global de Luta Contra o TSH (GIFT) plano integrado dividido em três etapas diferentes analisando e contextualizando global, regional e localmente este crime foram um ponto de partida para a abordagem global do TSH na Parte I: 2,5 milhões de pessoas traficadas (das quais 1 milhão é vítima de exploração sexual) oriundas de 127 países, com um lucro aproximado de 32 milhões de dólares anuais. O contexto português tornou-se o centro das atenções deste estudo, mais especificamente o TSH para fins de exploração sexual. Analisadas as suas principais rotas (Brasileira, Europa e Leste e Africana), focámo-nos no possível (e desejável) impacto que a recente e profunda reforma legislativa terá na luta contra este crime. Ao longo de todo o estudo constatámos que o índice de subdesenvolvimento de um país é diretamente proporcional ao número de nacionais traficados que buscam, muitas vezes em situações de desespero e extrema vulnerabilidade, uma vida melhor em países estáveis económica, social, e politicamente. Estes movimentos migratórios levam a que o mundo do crime, quer a um nível altamente organizado, quer com base no sentido de oportunidade pontual, não resista aos avultados lucros de uma atividade (que envolve também o auxílio à imigração ilegal) cujo risco é, por ora, compensador. Às assimetrias mundiais e à imigração juntámos as desigualdades de género, raça e etnia e concluímos que o Tráfico de Seres Humanos faz com que os direitos fundamentais das vítimas sejam

repetidamente esquecidos. Concluímos por fim que muito está por fazer quer ao nível internacional, quer nacional: desde a delimitação conceptual à percepção real do fenómeno, passando pela consciencialização das suas constantes mutações. É necessário analisar exhaustivamente as múltiplas vertentes do Tráfico de Seres Humanos de forma contínua, utilizar todos os instrumentos que globalização nos oferece e revertê-los para que a eficácia desta luta seja cada vez maior”.

<http://repositorio.ul.pt/handle/10451/1057>

**South Asia in Action: Preventing and responding to child trafficking. Analysis of anti-trafficking Initiatives in the region (2009)** – Publicação da responsabilidade do UNICEF Innocenti Research Centre: “This publication provides a regional analysis of anti-trafficking measures relevant to children in the countries of South Asia. It assesses national legal and policy frameworks and provides a list of recommended actions for the application of a rights-based approach to child trafficking. Emphasis is placed on the indivisibility of human rights and the influence that trafficking, exploitation and abuse have on children’s enjoyment of rights and fundamental freedoms. The study is based on the understanding that in order to ensure a comprehensive approach to child trafficking, exploitation and abuse, measures must be developed and implemented in full conformity with the 1989 Convention on the Rights of the Child and the broader framework of human rights”.

<http://www.unicef-irc.org/publications/550>

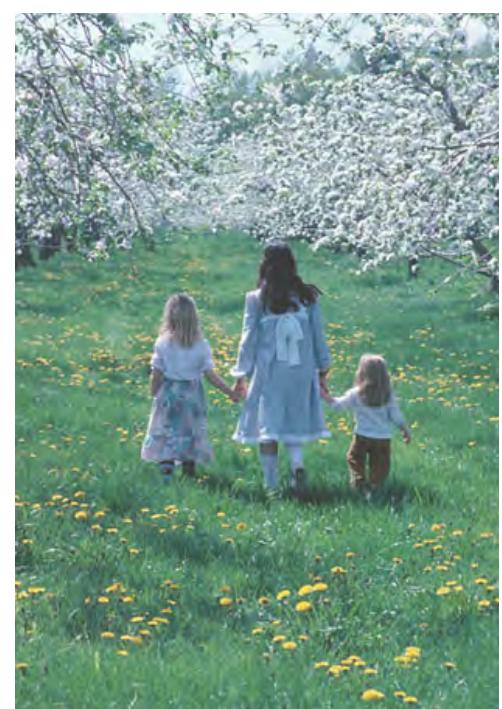
**Trafficking in human beings in the European Union: a Europol perspective (2009)** – Publicação da responsabilidade da Europol: “This fact-sheet gives a general overview of trafficking in human beings, with a specific focus upon

the European Union.

According to Europol, the scale and nature of trafficking in human beings in the EU is not easy to define. Criminal activity related to trafficking in human beings can be hidden within other criminality, such as forced prostitution, illegal immigration or labour disputes. Also, the lack of standardised guidelines for data collection at EU level allows for significant gaps in numbers.

The report finds that many positive steps have been taken by Member States to prevent and combat human trafficking in Europe. However, based on current reporting, intelligence, trends and patterns, it is unlikely that there will be any immediate reduction in the levels of victims in Europe. Europol estimates human trafficking will continue to have a major impact upon the EU and, with the current financial climate, it is highly likely that labour exploitation in Europe will rise”.

<http://ec.europa.eu/anti-trafficking/entity.action;jsessionid=dS5QRQkLpph3HfdNpgJWhLNKpZBTCFgJv1CCXhJTLnnS7cT7Nv7I!-656776111?path=PublicationS%2FA+Europol+perspective>



**Epi-criminological responses to human trafficking of young women and girls for involuntary prostitution in South Africa (2009)** – Artigo de Thozama Mandisa Lutya: "This is a scholarly analysis of the epidemiological criminology measures applied by South Africa to combat human trafficking of women and girls for involuntary prostitution. It comprises a description of the range of services provided by South African and international organizations and institutions responding to human trafficking of women and girls for involuntary prostitution. Firstly, the sources of information collected to assemble this paper are described. Secondly, the theoretical framework of epi-criminology and the conceptual framework of human trafficking for involuntary prostitution are explained. Thirdly, criminological and public health challenges facing South Africa are discussed briefly as factors giving rise to human trafficking of young women and girls for involuntary prostitution. The fourth aspects discussed are epi-criminological responses, and challenges facing South Africa when responding to human trafficking of women and girls are described. Although victims of human trafficking would still remain hidden with legislation, in the absence of the Human Trafficking Law South Africa cannot determine the extent of the crime. In addition, an ambiguous approach to prostitution prevails in communities and among South African Police Service (SAPS) officers. Furthermore, it is possible that poverty alleviation programmes aimed at mediating poverty and unemployment challenges may not be reaching the targeted populations. To conclude, an emphasis on a multi-faceted approach to address human trafficking of women and girls is advised. South Africa is currently applying a prevention, protection of victims, and prosecution of traffickers approach to respond to human trafficking of girls for involuntary prostitution".

<http://repository.up.ac.za/handle/2263/20384>

**Intersectional Discrimination against Children: Discrimination against Romani children and anti-discrimination measures to address child trafficking (2009)** – Publicação da responsabilidade do UNICEF Innocenti Research Centre: "This paper adds a perspective to existing research on child protection by engaging in a debate on intersectional discrimination and its relationship to child protection. The paper has a two-fold objective: (1) to further establish intersectionality as a concept to address discrimination against children; and (2) to illustrate the importance of addressing intersectionality within rights-based programmes of child protection".

<http://www.unicef-irc.org/publications/565>

**Report for the Study on Typology and Policy Responses to Child Begging in the EU (2009)** – Relatório da responsabilidade da Comissão Europeia: "The European Commission-funded study on 'Typology and Policy Responses to Child Begging in the EU', completed in December 2012, underlines the need for a coordinated and concerted effort in the European Union to address a situation that poses grave dangers for the health and proper development of a very disadvantaged, and often also stigmatised, group of children. The report presents research conducted in 15 European countries and a total of 30 European cities, approaching child begging at a national and local level from a child rights perspective, taking into account the need to punish exploiters and traffickers and to involve families in finding solutions to this violation of human dignity".

[http://ec.europa.eu/anti-trafficking/entity.action;jsessionid=j1RSRtHWhtVP1Kf0kWQXPqV2T1L1YVn5j9DVTQr98RpvgzX9zbnh!-2112079233?path=Publications%2FChild\\_Begging\\_EU](http://ec.europa.eu/anti-trafficking/entity.action;jsessionid=j1RSRtHWhtVP1Kf0kWQXPqV2T1L1YVn5j9DVTQr98RpvgzX9zbnh!-2112079233?path=Publications%2FChild_Begging_EU)

**Prevent human trafficking for the purpose of sexual exploitation: the need for a bottom-up approach: the case study of brazilians trafficked to Portugal (2008)** – Tese de Mestrado de Francesca Vietti: "Brazil is a major country of origin for trafficked women and children. According to several sources, this phenomenon stems from a variety of factors mainly related to socio-economic issues. These could be perceived as threats to freedom from want experienced by individuals and their consequent need and will to incorporate better living standards.

According to a study on human trafficking carried out in Brazil, there is a proportional relation between the socio-economic vulnerability experienced by some segments of the population and their likelihood to be recruited and then be sexually exploited by traffickers.

Usually vulnerable people are recruited with the promise of job offers within the country, the continent or abroad. The recruiters are both informal networks of traffickers, such as acquaintances, as well as travel agencies. Potential victims are usually young girls and women between eighteen and twenty-five years old. Some of them may have children and may believe in the traffickers' promise, leaving their country in order to earn some money to send back to their families. (p. 53-54) (...)

Several studies conducted most by Portuguese experts on the issue argue that most Brazilians trafficked abroad, in particular to Portugal, may be deceived with false promises of good job offers, such as receptionists or waiters. Many of them, in particular girls, may be aware that they are going to be employed in night clubs as waiters or dancers, however as some interview reported, they do not imagine that they will be forced to have any sexual relations with the clients. Other studies report that girls may be aware that they are going to be employed in the sex

industry once arrived in the country of destination. Some authors argue that some girls may initially consent to work as prostitutes as they may conceive it as a 'emancipator strategy' as well as a 'migration strategy' to escape from every day socio-economic vulnerability and human insecurity. However, once arrived in the country of destination, they find themselves in a situation of exploitation." (p. 55)

[http://run.unl.pt/bitstream/10362/4267/1/Vietti\\_2008.pdf](http://run.unl.pt/bitstream/10362/4267/1/Vietti_2008.pdf)

**South Asia in Action: Preventing and responding to child trafficking. Child rights-based programme practices (2008)** - Publicação da responsabilidade do UNICEF Innocenti Research Centre: "This publication acknowledges the adoption of many international standards and the promotion of regional agreements. At the same time, legislation against trafficking is often considered within the broader context of criminalizing prostitution, addressing organized crime and controlling migration. Although these are important issues, a focus only on these perspectives fails to adequately address the full complexity and dynamics of human trafficking, and fails to give distinct consideration to child trafficking. Existing laws therefore need to be amended and new laws enacted to fully conform with international standards".

<http://www.unicef-irc.org/publications/500>

**Child trafficking in Norway: media perspectives of child trafficking in VG and Klassekampen (2008)** - Artigo de Liu Yang: "Nov. 29th 2005, on the front page of Norway's largest newspaper Verdens Gang (VG): next to photos of two young Chinese boys, the title read "Disappeared from Moss – the police fears: TAKEN by human traffickers". It was the first time VG put a child trafficking case onto its front page. Given

the growth of child trafficking both globally and locally in Norway, the attention to the problem is timely, and much needed. In this thesis I study the coverage of child trafficking in the Norwegian newspapers VG and Klassekampen, aiming at two objectives: (1) to find out what the media have reported about child trafficking and (2) how to explain the reporting from a socio-cultural approach. Through a combination of quantitative and qualitative methods, the thesis demonstrates a strong impact of Norwegian egalitarianism and Orientalism on the media's coverage of child trafficking".

<https://www.duo.uio.no/handle/123456789/32701>

**South Asia in Action: Preventing and responding to child trafficking. Summary report (2008)** - Publicação da responsabilidade do UNICEF Innocenti Research Centre.

<http://www.unicef-irc.org/publications/501>

**Child Trafficking in Europe: A broad vision to put children first (2008)** - Relatório da responsabilidade da UNICEF Innocenti Research Centre: "Within and across borders in Europe, children are trafficked into a variety of exploitative situations, violating their human rights and threatening their survival and development. This report assesses the legal, policy and implementation frameworks in place to address child trafficking in the region. Covering more than 50 countries/entities, the report investigates the complexity of the trafficking phenomenon, and maps trafficking patterns and targeted legal and policy responses. Child trafficking is addressed in the framework of the Convention on the Rights of the Child, with a focus on prevention, protection and empowerment".

<http://www.unicef-irc.org/publications/498>



### **Thematic Study on Child Trafficking**

**- Portugal 2008 (2008)** – Da responsabilidade da FRA (European Union Agency for Fundamental Rights): "[7]. A significant finding of the study is that Portugal has ratified the most important conventions approved by international bodies. Despite this, this study has been severely limited by a very small or sometimes complete lack of studies, figures, statistics as well as other data related to trafficking in human beings. The study's focus on child trafficking makes it even more difficult to ascertain such data.

[8]. Notwithstanding this, public bodies and NGOs are basically organized to combat the trafficking of women for prostitution and sexual exploitation, but not children per se.

[9]. The Penal Code and recent legislation on asylum and international protection incorporates several articles about child trafficking.

[10]. Although the principles of the law are very progressive, we do not have information about the functioning of the system in practice.

[11]. The absence of case law on child trafficking makes the task of analysis very difficult.

[12]. As this study does not include the collection of raw data, the cumulative effect with the above problems is that the scope, and therefore the length, of this study is limited". (p. 5)

[http://fra.europa.eu/sites/default/files/fra\\_uploads/522-Child-trafficking-09-country-pt.pdf](http://fra.europa.eu/sites/default/files/fra_uploads/522-Child-trafficking-09-country-pt.pdf)

**Kids abroad: ignore them, abuse them or protect them? (2008)** – Da responsabilidade da Terre des Homme : "The Terre des Homme study focuses on a wide range of initiatives to support children who leave their home country without being accompanied by any other family member. The study focuses on the situation in Western and South Eastern Europe, West Africa, Central America,

South Asia and South East Asia.

The study explores initiatives, taken by organisations, which have had effect on reducing the likelihood that such children will be subjected to economic or sexual exploitation. While being critical of the way unaccompanied children are treated in some countries, the study primarily focuses on what can be done to assist these children and enable them to enjoy their human rights. It notes that in countries where immigration policy is a government priority, it is difficult for Terre des Hommes and other NGO's, to give unaccompanied children the support that they are entitled to for fear that they will be accused of infringing the law.

Terre des Hommes' study ends with a series of recommendations. The overall conclusion is that more efforts should be made to "prevent unsafe migration" for young people under age 18".

<http://ec.europa.eu/anti-trafficking/entity.action?path=Publications%2FKids+abroad>

### **Combating trafficking in children for labour exploitation: A resource kit for policy-makers and practitioners (2008)**

**-** Guia de recursos da responsabilidade da International Labour Organisation (ILO): "This resource kit captures over 10 years of work by ILO's International Programme on the Elimination of Child Labour (IPEC) and its partners. It makes the experiences and knowledge available to those who design, implement and improve policy and programming to fight child trafficking.

The resource kit is composed of five separate but interrelated books that cover a range of themes:

Book 1 is designed to help users to understand human trafficking, particularly trafficking that involves children

Book 2 stresses the need to acquire knowledge prior to designing responses to child trafficking

Book 3 is about building a legal and policy framework within which to address trafficking, and also pays attention to mobilization and building of partnerships

Book 4 focuses the actual remedial action to address child trafficking and provides insight into the initiatives that have been and can be taken to prevent such trafficking, protect children from becoming victims of trafficking, respond where trafficking exists and provide support and services to those who have been trafficked

Book 5 highlights effective processes that may contribute to effective remedial action, and highlights amongst others the value of child participation, monitoring and documentation of learning. The text is accompanied by over 150 resources that range from publications to protocols and from manuals to copies of relevant international instruments. They also include complementary resources from ILO projects, partners and other agencies working to combat child trafficking".

<http://ec.europa.eu/anti-trafficking/entity.action?path=Publications%2FILO++resource+kit+for+policy-makers+and+practitioners>



### **Young People's Voices on Child Trafficking: Experiences from South Eastern Europe (2008)**

– Publicação da UNICEF: "This study intends to stimulate thinking and action based on the active participation of children and young people. The study is based on interviews with 31 children and young people (30 girls and 1 boy) who had been trafficked. Interviews were conducted in Albania, Kosovo, Republic of Moldova and Romania in 2005 and 2006.

The report indicates that children are 'experts' on the factors that make children vulnerable and their special needs regarding prevention, assistance and protection. Children and young people have also an important role to play in helping to identify areas for intervention, design relevant solutions and act as strategic informants of research.

The study was limited to children who were trafficked before reaching the age of 18, who received institutional assistance during their recovery, and who were willing to talk about their experience and to participate in the study".

<http://ec.europa.eu/anti-trafficking/entity.action?path=Publications%2FUNICEF+young+peoples+voices+on+THB+2008>

**Combate ao tráfico de seres humanos e trabalho forçado - estudo de casos e respostas de Portugal (2007)** – Relatório de Sónia Pereira e João Vasconcelos, recomendado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT): "Relativamente à protecção dos menores vítimas do crime de tráfico, refira-se o regime da Lei n.º 147/99, de 1 de Setembro53, aplicável aos menores de 18 anos que residam ou se encontrem em território português (artigos 2º e 5º alínea a)). Nesta enunciam-se um conjunto de medidas visando remover um qualquer perigo existente para a segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento da criança, decorrente, nomeadamente, de maus-tratos físicos, psíquicos ou abusos sexuais (artigo 3º

n.º 1 e nº 2 alínea a)). As medidas de promoção dos direitos e proteção das crianças são da responsabilidade exclusiva das comissões de proteção de crianças e jovens e dos tribunais (artigo 38º). Nos casos em que existe um perigo atual ou iminente para a vida ou integridade física da criança e haja oposição de quem tenha a sua guarda de facto, são tomadas medidas adequadas à sua proteção imediata e solicitada a intervenção do tribunal ou das forças policiais. Enquanto a intervenção do tribunal não for possível, as forças policiais retiram a criança do perigo em que se encontra e asseguram a sua proteção de emergência em casa de acolhimento temporário (artigo 91º n.º 1 e n.º 3)". (p. 20)

[http://www.ilo.org/public/portugue/region/europro/lisbon/pdf/combate\\_traficohumano.pdf](http://www.ilo.org/public/portugue/region/europro/lisbon/pdf/combate_traficohumano.pdf)

**Tráfico de Pessoas e Violência sexual (2007)** – Publicação da responsabilidade do Grupo de Pesquisa sobre Violência, Exploração Sexual e Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes da Universidade de Brasília.

[https://www.violes.unb.br/site2/photocownload/Publicacoes/trafico\\_de\\_pessoas\\_e\\_violencia\\_sexual.PDF](https://www.violes.unb.br/site2/photocownload/Publicacoes/trafico_de_pessoas_e_violencia_sexual.PDF)

**Child trafficking: The ILO's response through IPEC (2007)** - Brochura da responsabilidade da International Labour Organization (ILO), disponível em inglês, francês e espanhol: "A concise overview of the problem of child trafficking, its causes and the factors that make children vulnerable to becoming its victims. This briefing note also describes the experience and lessons learned of the ILO and its partners in combatting trafficking worldwide".

<http://www.ilo.org/ipecinfo/product/viewProduct.do?productId=6484>

**O enfrentamento ao tráfico de pessoas para fins de exploração sexual no Bra-**

**sil: trajetória e desafios (2007)** – Dissertação de Mestrado de Tatiana Silva Estrela: "O tráfico de pessoas para fins de exploração sexual, especialmente de mulheres, crianças e adolescentes é uma violação dos direitos humanos fundamentais e que nos últimos anos tem crescido em todo o mundo. Paralelo a isto, nas últimas décadas ocorreu uma crescente preocupação mundial com a questão. Esta preocupação se expressa pela atenção concedida ao tema por parte da opinião pública, dos organismos defensores dos direitos humanos e pelos Estados na criação de instrumentos legais e ações públicas destinados a enfrentar o tráfico de pessoas. O objetivo deste estudo é analisar as ações governamentais no enfrentamento ao tráfico de pessoas para fins de exploração sexual no Brasil entre os anos de 2002 a 2006. A inclusão das ações empreendidas pela Cooperação Internacional e pela Sociedade Civil neste estudo deve-se ao papel histórico que estas organizações desempenham no enfrentamento ao tráfico de pessoas no país, influenciando diretamente na elaboração da Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, elaborada pelo Governo Federal no final de 2006. Através de tal entendimento, espera-se que este trabalho contribua para apontar tanto a trajetória, quanto às tendências e os desafios impostos ao Governo Brasileiro no enfrentamento do tráfico de pessoas para fins sexuais no país".

<http://repositorio.bce.unb.br/handle/10482/3247>



### **Tráfico, contrabando e imigração irregular: os novos contornos da imigração brasileira em Portugal (2007)**

– Artigo de João Peixoto: “Neste texto são apresentados alguns problemas conceituais sobre “tráfico” e “contrabando” de migrantes, dados sobre a imigração brasileira recente e elementos sobre a atuação das redes organizadas de contrabando de migrantes e tráfico de mulheres para fins de exploração sexual do Brasil para Portugal. O aumento de importância das redes organizadas e o fortalecimento dos negócios relacionados com a indústria do sexo estão entre as principais conclusões. O apoio em redes sociais informais e graus variáveis de exploração, fraude e coacção tornam, porém, relativamente difusos os contornos do contrabando e tráfico de migrantes do Brasil para Portugal”.

<http://repositorio-iul.iscte.pt/handle/10071/646>

**Sobre armadilhas e cascas de banana: uma análise crítica da administração de Justiça em temas associados aos Direitos Humanos (2008)** – Artigo de Marina Pereira Pires de Oliveira: “Com base no inteiro teor de sentenças condenatórias de tráfico de pessoas no Brasil, concedidas entre 2003 e o início de 2008, com base nos artigos 231 e 231-A do Código Penal, o artigo analisa o tratamento dado pelo Sistema de Justiça ao tema. A análise busca comparar o conceito internacional, consagrado na definição dada pelo Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em especial Mulheres e crianças, mais conhecido como Protocolo de Palermo, à ideia contida na normativa nacional. O objetivo maior da análise é buscar responder se é possível transformar grandes temas de Direitos Humanos em políticas públicas que efetivamente respondam aos interesses daqueles que pretendem proteger”.

[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-83332008000200007](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332008000200007)

**Missing Out. A Study of Child Trafficking in the North-West and West Midlands (2007)** – Da autoria de Christine Beddoe, publicado pela ECPAT UK: “In 2004, ECPAT UK published Cause for Concern, a research report based on interviews with London social services teams on the issue of child trafficking. This report found that 26 out of 32 London boroughs had concerns about child trafficking. It also highlighted significant problems in tackling child trafficking, including little or no training of social workers in this area, poor communication between agencies, inconsistent standards of care and accommodation for child victims, and ad hoc methods of victim identification”.

[http://www.ecpat.org.uk/sites/default/files/missing\\_out\\_2007.pdf](http://www.ecpat.org.uk/sites/default/files/missing_out_2007.pdf)

**A legal response to child trafficking in Africa: a case study of South Africa and Benin (2007)** – Dissertação de Mestrado de Kamidi Rino: “Examines the situation of child victims through a human rights perspective and identifies the existing legal framework in the international and regional environment. Furthermore, this study seeks to raise awareness about the illegality and harmful consequences of all forms of child trafficking. Also discusses the necessity to take appropriate criminal as well as administrative action, at all levels, to effectively prohibit and penalise child trafficking”.

<http://repository.up.ac.za/handle/2263/5447>

**UNICEF Guidelines on the Protection of Child Victims of Trafficking (2006)**

– “The following guidelines set out standards for good practice with respect to protection of and assistance to trafficked children. These guidelines are based on international human rights instruments and

look at the protection of trafficked children from their identification up to their recovery and integration. They shall be used together with other guidelines and tools focusing on prevention. At the national and regional levels, these guidelines should be used as a platform for developing policies and practices, taking into consideration local circumstances, constraints and resources. The cross-border nature of trafficking may necessitate fostering regional ownership where mechanisms can further the protection of child victims and facilitate implementation at the national level. International, multilateral and bilateral cooperation can also play an important role. The aim of these guidelines is to assist governments and State actors, international organizations and NGOs or other service providers. The main responsibility for protection of victims lies with the government. In situations where the government lacks or has insufficient capacity to fulfill its responsibility, such duty may be delegated to or shared with international organizations and NGOs. Non-institutional actors such as families, individuals, and communities may play an important and concrete role in protecting trafficked children. These guidelines are the result of an extensive process started and developed at the local and regional levels by UNICEF and its partners”. (p. 7)

[http://www.unicef.org/ceecis/0610-Unicef\\_Victims\\_Guidelines\\_en.pdf](http://www.unicef.org/ceecis/0610-Unicef_Victims_Guidelines_en.pdf)



**Combating the Trafficking of Children for Sexual Purposes. Questions and Answers (2006)** – Da responsabilidade da ECPAT International.

[http://www.childtrafficking.com/Docs/ecpat\\_euro\\_law\\_enfr\\_070402.pdf](http://www.childtrafficking.com/Docs/ecpat_euro_law_enfr_070402.pdf)

**Reference guide on protecting the rights of child victims of trafficking in Europe (2006)** – Guia da UNICEF: "Today, virtually every country in Europe is facing the problem of trafficking in human beings either internally or as a country of origin, destination, transit or a combination of these. The phenomenon is not new; however, the political, social and economic changes that swept the continent in the last decade have left a specific mark on the dynamics of trafficking. Transition from centrally planned to free market economies as well as the years of war in the former Yugoslavia increased poverty and the vulnerability of women, girls and boys to exploitation including trafficking. These changes also led to an increase in corruption, lack of a rule of law and the emergence of war economies, thus enabling the trafficking industry to spread".

[http://www.unicef.org/ceecis/UNICEF\\_Child\\_Trafficking\\_low.pdf](http://www.unicef.org/ceecis/UNICEF_Child_Trafficking_low.pdf)

**You're not for sale - trafficking in human beings (2006)** – Uma banda desenhada editada pelo Conselho da Europa: "Trafficking in human beings is the modern version of the slave trade. People are forced by poor and insecure circumstances, by economic and political hardships, to leave their homeland in search of a better life. Alas, this quest can be a journey into hell.

Human beings are treated as commodities to be bought and sold, subjected to every form of exploitation: usually in the sex industry but also economically, for instance in the agricultural sector or in declared or undeclared sweatshops, forced to work for a pittance or no wages at all. Every day we learn of cases of domestic slavery where persons working in a private family setting are ill-treated, humiliated and subjected to exhausting working hours. Anyone, man, woman or child, can be entrapped and victimised by this traffic.

The stories of Talina, Fabia, Yvo, Anna

and Sofia illustrate all these forms of exploitation. The Council of Europe, whose prime objective is to safeguard and protect human rights, intends these stories to alert the citizens of its 47 member states. The fight against trafficking in human beings has become one of its priorities. Numerous activities have already been conducted at the political and legal level by the Council of Europe to combat this traffic, the most recent being the adoption of the Council of Europe Convention on Action against Trafficking in Human Beings.

The comic strip is a further contribution to Council of Europe action to combat trafficking and protect its victims".

O site em inglês <http://www.coe.int/t/DG2/TRAFFICKING/COMICS/>

O livro de banda desenhada em inglês [http://www.coe.int/t/dg2/trafficking/comics/Source/notforsale\\_en\\_x1a.pdf](http://www.coe.int/t/dg2/trafficking/comics/Source/notforsale_en_x1a.pdf)

O site em francês [http://www.coe.int/t/DG2/TRAFFICKING/COMICS/default\\_fr.asp](http://www.coe.int/t/DG2/TRAFFICKING/COMICS/default_fr.asp)

O livro de banda desenhada em francês [http://www.coe.int/t/DG2/TRAFFICKING/COMICS/default\\_fr.asp](http://www.coe.int/t/DG2/TRAFFICKING/COMICS/default_fr.asp)

**"At what price, honour?" - Research into domestic trafficking of Vietnamese (girl) children for sexual exploitation, from urban slums in Phnom Penh, Cambodia (2006)** – De J. K. Reimer:

"This research aims to begin closing the information gap specifically in relation to domestic trafficking of Vietnamese children, focusing on girls (defined as females less than 18 years of age), for sexual exploitation".

<http://www.worldwideopen.org/es/resources/detail/667#.UdLvH9imXKE>

**Stolen Smiles: A Summary Report on the Physical and Psychological Health Consequences of Women and Adolescents Trafficked in Europe (2006)** –

Publicação de The London School of Hygiene & Tropical Medicine: "To date, there has been little quantitative evidence about the physical and psycho-

logical health needs of women who have been trafficked in Europe. This study gathered statistical evidence on the health needs of women who had recently escaped from a trafficking situation. This report presents some of the first-ever statistical data on trafficked women's health outcomes. It also provides evidence on violence and health risks that may have influenced these outcomes. The findings are startling in the breadth and depth of the harm women sustained. The level of harm caused to so many aspects of women's physical, sexual, and psychological health was all-encompassing, posing a massive challenge to care providers. The organizations that assist women who have been trafficked frequently have their economic and human resources stretched to the maximum. With this study, we hope not only to call attention to the health implications of trafficking in women, but to provide fact-based information on the range of health consequences of trafficking, which can lead to better, more holistic care for women who have been trafficked. To this end, our research team and the women who were trafficked joined together to provide a full set of data on many discrete aspects of women's health. From this evidence-base, we hope that improved policies and well-planned and resourced services will be available for the many women who will be requiring assistance in rebuilding their health and well-being".

[http://www.humantrafficking.org/uploads/publications/Stolen\\_Smiles\\_July\\_2006.pdf](http://www.humantrafficking.org/uploads/publications/Stolen_Smiles_July_2006.pdf)



**Development of a child rights methodology to identify and support child victims of trafficking (2005)** – Publicação coordenada por Save the Children: “his Report presents the findings of the research conducted within the 24-month AGIS project, “Development of a Child Rights Methodology to Identify and Support Child Victims of Trafficking” (JLS/2005/AGIS/045), supported by the European Commission, in the four project countries, namely Bulgaria, Germany, Romania and Italy. The research highlights the main characteristics of child trafficking, drawing the profile of child victims, describing the way they are recruited and transported, and indicating trafficking routes and countries involved in the trafficking cycle. It also sheds some light on the conditions children live in before being recruited and in the course of trafficking, and gives some information on the forms of exploitation to which they are subjected. Most of the information gathered concerns trafficking for the purpose of sexual exploitation and exploitation in illegal activities and begging. The research findings have been fed into the child rights based methodology to identify and support child victims of trafficking, which was the main aim of the project. In particular, the research has been key in the development of specific indicators for the identification of child victims”.

<http://www.childoscope.net/2009/httpdocs/publications/e41449b-29e467463dd31b82b0aac87d8.pdf>

**Trafficking for sexual exploitation and other exploitative purposes (2005)** – Publicação da responsabilidade do UNICEF Innocenti Research Centre: “This report on the protection of children from commercial sexual exploitation and trafficking introduces the topic and then examines law and policy on child trafficking in South Asia. A case study from Latin America and the Caribbean is

also included in the preliminary findings as it provides an illustration of a coordinated effort to prevent and combat the sexual exploitation of children for the purposes of sex tourism in the Dominican Republic. Other issues addressed are local governance, local action and child protection; the efficacy of cross border interventions in the prevention of trafficking and commercial sexual exploitation; and migration, mobility and challenges to child protection”.

<http://www.unicef-irc.org/publications/386>

**Tráfico de mulheres, crianças e adolescentes para fins de exploração sexual comercial: um fenômeno transnacional (2005)** – Artigo de Maria Lúcia Pinto Leal e Maria de Fátima Pinto Leal: “...as regiões que apresentam maiores índices de desigualdades sociais são aquelas que mais exportam mulheres e adolescentes para tráfico doméstico e internacional, o que evidencia a mobilidade de mulheres e adolescentes nas fronteiras nacionais e internacionais, configurando o tráfico como um fenômeno nacional e transnacional, indissociavelmente relacionado com o processo de migração. Nesta perspectiva, os processos migratórios ocorrem, tanto em nível nacional (doméstico), como em nível internacional (de forma “legal” ou “ilegal”). O movimento legal de pessoas através de fronteiras internacionais envolve dois tipos de atividades criminosas: tráfico de pessoas e contrabando de migrantes. O tráfico de pessoas e o contrabando de migrantes são similares, mas os acordos internacionais e as leis nacionais fazem distinção entre eles. Enquanto o tráfico de pessoas é considerado um crime contra a pessoa, o contrabando de migrantes é um crime contra o Estado. Assim, os estrangeiros contrabandeados são tratados como criminosos, enquanto uma pessoa traficada é considerada “vítima de tráfico” e por isso merece proteção dos governos, inclu-

sive concedendo-lhes status de residência, enquanto a pessoa contrabandeada está sujeita a deportação, sem ter direito a ser tratada com dignidade”. (p. 6) <https://www.repository.utl.pt/handle/10400.5/2002>

**Lost kids, lost futures: the EU response to child trafficking (2004)** – Relatório da Terres des Hommes: “It offers a general overview of the issue of child trafficking in Europe, and presents EU policy on human trafficking, as well as a critical analysis of the policy”.

<http://combattrafficking.eu/sites/default/files/lost%20kids%20lost%20futures.pdf>

Directorate General of Human Rights  
presents



**Kids as Commodities? Child trafficking and what to do about it (2004)** – Da autoria de Mike Dottridge, publicado pela International Federation Terre des Hommes: “Trafficking in children is directly associated with their subsequent exploitation by other people in a way that violates their human rights – usually by being forced to make money for them by working, but in the case of babies who are trafficked for adoption and young women trafficked for marriage, to satisfy the demands of those who take control of them in other ways. The eight forms of exploitation described in some detail are: commercial sexual exploitation (for prostitution or pornography), marriage, work as domestic servants, adoption, bonded labour, begging, other illicit activities (such as burglaries) and work that is so hazardous that it endangers the health or life of the child concerned. All are characterised by constraints imposed on the movement of the children involved, who are virtually held captive. However, the degree of force or intimidation which is needed to control a young child is very different to the coercion used on older children (or adults), and is consequently more difficult to notice or to prohibit. Girls are the chief victims of trafficking associated with the first three forms of exploitation, both sexual exploitation and work as domestics; however, boys are also trafficked and both boys and girls are subjected to most forms of exploitation.

Of course, not all children who migrate to work away from home are victims of traffickers. It is important for child rights activists to distinguish between children who are migrating in search of a better future, and deserve support in their efforts, and children who are being moved by others so that they can be subjected to exploitation and abuse later on. In reality, it is often hard to tell the difference and, by not making any distinction, counter-trafficking measures have

sometimes harmed migrant children. Because of the diversity involved in child trafficking – both boys and girls are trafficked; children of all ages are involved, some young and some almost adult; and trafficked children are exploited in different ways – the opportunities for intervening to protect children vary as well. In order to prevent children from being trafficked in the first place, it is necessary to understand the motives that children have for leaving home, or that their families have for allowing them to leave. The right preventive strategy must be adapted to match the particular motives that people have. Similarly, efforts to remove children from the control of traffickers must be tailored to the specific circumstances that children find themselves in”. (p. 9)

<http://www.tdh.ch/en/documents/kids-as-commodities-child-trafficking-and-what-to-do-about-it-executive-summary>

**A child-rights approach on international migration and child trafficking: a UNICEF perspective (2004)** – Da responsabilidade do Secretariado das Nações Unidas.

[http://www.un.org/esa/population/meetings/thirdcoord2004/P06\\_UNICEF.pdf](http://www.un.org/esa/population/meetings/thirdcoord2004/P06_UNICEF.pdf)

**Tráfico de pessoas: algumas considerações legais (2004)** – Artigo de Paulo Costa: “Neste artigo, iremos procurar sistematizar as várias normas jurídicas que se debruçam sobre as questões do tráfico de pessoas e o auxílio à imigração ilegal, assim como com alguns dos crimes com eles conexos. Para o efeito, começaremos por analisar o direito interno português, para depois centrar a nossa atenção no quadro normativo comunitário, assim como no direito internacional, com especial incidência nos atos adotados no âmbito das Nações Unidas, da OIT e do Conselho da Europa”.

<https://www.repository.utl.pt/handle/10400.5/2035>

**Trafficking in Human Beings, Especially Women and Children, in Africa (second edition) (2004)** – Publicação da responsabilidade do UNICEF Innocenti Research Centre: “Trafficking of human beings affects every country in Africa for which data are available, either as countries of origin or destination. The report looks at information from 53 African countries and provides an analysis of the patterns, root causes, and existing national and regional policy responses and effective practices. Trafficking occurs when a child's protective environment collapses as a result of conflict, economic hardship, or discrimination. Traditional attitudes and practices, early marriage, and lack of birth registration further increase the vulnerability of children and women to exploitation”.

<http://www.unicef-irc.org/publications/pdf/trafficking-gb2ed-2005.pdf>

**Trafficking in children for labour and sexual exploitation in the Balkans and Ukraine: manual for rapid assessment (2004)** – Relatório da International Labour Organization (ILO).

[http://www.ilo.org/ipec/Informationresources/WCMS\\_IPEC\\_PUB\\_765/lang--en/index.htm](http://www.ilo.org/ipec/Informationresources/WCMS_IPEC_PUB_765/lang--en/index.htm)

**The health risks and consequences of trafficking in women and adolescents: findings from a european study (2003)**

- Publicação de The London School of Hygiene & Tropical Medicine: “This report represents the findings of a two-year multicountry study on women's health and trafficking to the European Union. It is an initial inquiry into an area about which little research has previously been conducted. Interviews were conducted by researchers in Albania, Italy, the Netherlands, Thailand, and the United Kingdom with women who had been trafficked, health care and other service providers, NGOs working against trafficking, law enforcement officials, and policymakers”.

<http://www.humantrafficking.org/uploads/publications/traffickingfinal.pdf>

**Glossary of Terms Regarding Trafficking in Persons, Especially Children (2003)** – Publicação da Terre des Homes Foundation. Disponível em inglês e francês.

[http://www.childtrafficking.com/Docs/tdh\\_june\\_2003\\_glossary\\_tra.pdf](http://www.childtrafficking.com/Docs/tdh_june_2003_glossary_tra.pdf)

**The Economics of Child Trafficking (2003)** – Artigo de S.E. Dessy e S. Pallage: "This paper analyses the existence of child trafficking through an economical framework. It demonstrates that the risk of child trafficking on the labour market acts as a deterrent to supply child labour".

[http://www.childtrafficking.com/Docs/dessy\\_pallage\\_2003\\_economi.pdf](http://www.childtrafficking.com/Docs/dessy_pallage_2003_economi.pdf)

**Report of the Expert Group on Strategies for Combating Trafficking of Women and Children - Best Practices (2002)** – Da responsabilidade da Human Rights Unit do Commonwealth Secretariat: "Trafficking in persons, especially women and children, for commercial sexual exploitation is one of the fastest growing areas of international criminal activity and of increasing concern to the international community, including the Commonwealth. Trafficking for the purposes of labour exploitation, forced labour, marriage, adoption and the trade in organs are additional areas of concern, but are less well documented. The overwhelming majority of trafficked persons are women and girls. Consequently, this discussion focuses primarily on strategies to combat the unlawful trafficking of women and children (...)"

Trafficking is now considered the third largest source of profits for organized crime, behind only drugs and guns, generating billions of dollars annually. It is also connected to these other criminal activities, with profits from trafficking in persons being used to finance illicit arms and drugs trading. The reasons for the increase in this phenomenon are multiple and complex. However, in general, this criminal activity has taken

advantage of the freer flow of people, money, goods and services to extend its own international reach. It feeds on poverty, despair, war, crisis, ignorance and women's unequal status in most societies. The globalisation of the world economy has increased the movement of people beyond and across borders, legally or illegally, especially from poorer to wealthier countries.

The Human Rights Unit of the Commonwealth Secretariat convened a Commonwealth Expert Group on unlawful trafficking of women and children in June 2002, to develop strategies to combat trafficking in accordance with international standards. State and non-state actors in countries of the Commonwealth have invested resources to combat trafficking in various ways and at different levels. These strategies, therefore, are an invitation to practitioners to engage in constructive dialogue on a gender and rights responsive paradigm on trafficking, to identify additional and alternative interventions that might enhance the efficacy of current interventions. The strategies seek to identify guidelines as a development issue within the framework of gender and rights-based approaches drawing on international guidelines. The Expert Group maintains that interventions to address trafficking must be mainstreamed at all levels of government in the development of policies and programmes. Co-ordinated actions at regional and international levels should also be undertaken".

[http://www.the-commonwealth.org/Shared\\_ASP\\_Files/UploadedFiles/%7b9DA75C65-FB-FE-4F33-8CA1-99D014B52989%7d\\_Trafficking%20of%20Women.pdf](http://www.the-commonwealth.org/Shared_ASP_Files/UploadedFiles/%7b9DA75C65-FB-FE-4F33-8CA1-99D014B52989%7d_Trafficking%20of%20Women.pdf)

**Child Trafficking in West Africa - Policy Responses (2002)** - Publicação da responsabilidade do UNICEF Innocenti Research Centre: "The trafficking of children is one of the gravest violations of

human rights in the world today. Every year, hundreds of thousands of children are smuggled across borders and sold as mere commodities. Their survival and development are threatened, and their rights to education, to health, to grow up within a family, to protection from exploitation and abuse, are denied. The UNICEF Innocenti Research Centre has worked with the UNICEF Regional Office for West and Central Africa to identify effective policy solutions to this issue in eight countries: Benin, Burkina Faso, Cameroon, Côte d'Ivoire, Gabon, Mali, Nigeria and Togo. This study focuses on a region that is badly affected by the phenomenon, aiming to increase understanding of this reality and maximize the effectiveness of measures to overcome it. It illustrates the importance of field-driven research and the essential role that research plays in policy formulation and the proper design of programmes".

<http://www.unicef-irc.org/publications/325>



**Human Trafficking and Technology. A framework for understanding the role of technology in the commercial sexual exploitation of children in the U.S.A (2001)** – Artigo de Danah Boyd [et al.]: “Networked technologies—including the Internet, mobile phones, and social media—alter how information flows and how people communicate. There is little doubt that technology is increasingly playing a role in the practices and processes surrounding human trafficking: the illegal trade of people for commercial sexual exploitation, forced labor, and other forms of modern-day slavery. Human trafficking has many facets to it and technology’s role varies as a result. Yet, little is known about costs and benefits of technology’s role. We do not know if there are more human trafficking victims as a result of technology, nor do we know if law enforcement can identify perpetrators better as a result of the traces that they leave. One thing that we do know is that technology makes many aspects of human trafficking more visible and more traceable, for better and for worse. Focusing on whether technology is good or bad misses the point; it is here to stay, and it is imperative that we understand the role that it is playing. More importantly, we need to develop innovative ways of using technology to address the horrors of human trafficking.

To date, there is little empirical research into the role that technology plays in human trafficking. As a result, new interventions and policies are being driven by intuition, speculation, and extrapolation from highly publicized incidents. In order to move towards a more coherent and grounded approach to addressing the role of technology, it is important to begin untangling technology’s role in different facets of the human trafficking ecosystem.

In order to narrow the scope of the discussion, this framework document focuses on one aspect of human traf-

ficking: the commercial sexual exploitation of those under the age of 18 that results from U.S.-based demand”.

<http://research.microsoft.com/en-us/collaboration/focus/education/htframework-2011.pdf>

## Intervenção do IAC na área da exploração de trabalho infantil (mendicidade, tráfico e prostituição infantil).

“O IAC enquanto entidade com competência em matéria de infância e juventude, procura criar serviços e projetos que contribuam para a diminuição das crianças e jovens em risco/perigo, dando-lhes voz e apoiando-as na construção dos seus projetos de vida.

### Formas de atuação

No âmbito de situações que indiciem a utilização de crianças e jovens para a prática da mendicidade, o IAC dispõe de dois serviços que se complementam: SOS-Criança e o Projeto Rua.

O **SOS-Criança** opera os números europeus: 116 000 (vocacionado para o desaparecimento de crianças) e o 116 111 que é um serviço anónimo e confidencial que pretende ser uma resposta em termos de apoio, orientação e encaminhamento de situações relacionadas com crianças e jovens cuja problemática compromete e prejudica o seu desenvolvimento e bem-estar.

O **Projeto Rua** desenvolve a sua intervenção na ótica da recuperação/prevenção, com ênfase na educação/formação, junto de crianças e jovens intervindo, ainda, em situações de emergência na cidade de Lisboa, com especial incidência em zonas de elevado risco social e cujas problemáticas se inscrevem nas piores formas de exploração de trabalho infantil, nomeadamente a mendicidade, tráfico e a prostituição infantil.

**Em situações de mendicidade,** a intervenção tem início ou com uma **denúncia** (via telefone, email...) ou pelo **contacto direto da equipa na rua**. Quando a denúncia é feita junto da Linha SOS, o técnico solicita às autoridades locais (GNR ou PSP) a averiguação da veracidade da situação e identificação da criança ou do/a jovem e a recolha de elementos que permitam perceber a gravidade da situação e o encaminhamento adequado.

Caso se confirme situação de perigo, a mesma é encaminhada para a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens geograficamente competente.

Em ocorrências na cidade de Lisboa poderá ainda ser solicitado um apoio complementar à equipa do Projecto Rua que deve aprofundar o diagnóstico e delinear as estratégias mais adequadas para uma intervenção eficaz, tendo como base uma lógica de parceria.

Quando uma situação de mendicidade é diagnosticada pela equipa do Projecto Rua, esta é avaliada “in loco” pelos técnicos presentes, no sentido de se aferir da pertinência da abordagem da criança. Quando se observa que existe um adul-

### Para apoio à vítima de tráfico de seres humanos

964 608 288 - Centro de Acolhimento e Proteção a Vítimas de Tráfico (24h)  
cap.apf@gmail.com

144 - Linha Nacional de Emergência Social (24h)

808 257 257 / 218 106 191 - Linha SOS Imigrante e Serviço de tradução telefónica  
(2º a 6º - 8h30/20h30)/informacoes@cnaid.acidi.gov.pt

213 587 914 - Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV)  
uavidre@apav.pt / (dias úteis, das 10h00 às 18h00)

116 000 - Linha SOS-Criança Desaparecida do IAC (nº único europeu). Gratuito!  
Das 9h às 19h, dias úteis.

## CARTÃO DE SINALIZAÇÃO DE VÍTIMAS DE TRÁFICO DE SERES HUMANOS

*Atrás de uma narrativa pode haver uma outra história*



to a vigiar/controlar a criança, é feita a comunicação imediata às autoridades locais através da linha SOS.  
Nas situações em que a criança aparenta estar sozinha, a equipa faz a abordagem e procura recolher o máximo de informação possível de modo a poder diligenciar no sentido da sua proteção".  
(p. 15, 16)

Fonte:

Mendicidade Forçada - A face invisível do Tráfico de Seres Humanos para Exploração Laboral (2013). Observatório do Tráfico de Seres Humanos /Ministério da Administração Interna.

<http://www.otsh.mai.gov.pt/cms/files/conteudos/Livro%20Mendicidade%20Forcada%20a%20face%20invisivel%20do%20Trafico%20Laboral.pdf>



[www.coe.int/trafficking](http://www.coe.int/trafficking)



## Legislação Tráfico de Crianças

### Da responsabilidade da Organização das Nações Unidas

**Convenção das Nações Unidas contra a Criminalidade Organizada Transnacional** Adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 15 de Novembro de 2000. Entrada em vigor a 29 de Setembro de 2003

<http://www.gddc.pt/siii/im.asp?id=1710>

**Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra a Criminalidade Organizada Transnacional relativo à Prevenção, à Repressão e à Punição do Tráfico de Pessoas, em especial de Mulheres e Crianças (2000)** – Adotado pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 15 de Novembro de 2000. Entrada em vigor a 29 de Setembro de 2003.

“O presente Protocolo tem como objeto:  
a) Prevenir e combater o tráfico de pessoas, prestando uma especial atenção às mulheres e às crianças;  
b) Proteger e ajudar as vítimas desse tráfico, respeitando plenamente os seus direitos humanos; e  
c) Promover a cooperação entre os Estados Partes de forma a atingir estes objetivos”.

<http://www.gddc.pt/cooperacao/materia-penal/textos-mpenal/onu/protocolotr%20fifcopt.pdf>

**Protocolo Facultativo à Convenção Sobre os Direitos da Criança Relativo à Venda de Crianças, Prostituição Infantil e Pornografia Infantil (2003)** – Da UNICEF.

“Para os fins do presente Protocolo:

- a) Venda de crianças significa qualquer ato ou transação pelo qual uma criança seja transferida por qualquer pessoa ou grupo de pessoas para outra pessoa ou grupo contra remuneração ou qualquer outro retribuição;
- b) Prostituição infantil significa a utilização de uma criança em atividades sexuais contra remuneração ou qualquer outra retribuição;
- c) Pornografia infantil significa qualquer representação, por qualquer meio, de uma criança no desempenho de atividades sexuais explícitas reais ou simuladas ou qualquer representação dos órgãos性uais de uma criança para fins predominantemente sexuais". (p. 2)

[http://www.unicef.pt/docs/pdf/protocolo\\_facultativo\\_venda\\_de\\_criancas.pdf](http://www.unicef.pt/docs/pdf/protocolo_facultativo_venda_de_criancas.pdf)

**Protocolo Adicional contra o Tráfico Ilícito de Migrantes por Via Terrestre, Marítima e Aérea (2000)** - Convenção das Nações Unidas contra a Criminalidade Organizada Transnacional, de 15 de Novembro de 2000 (igualmente aprovada para ratificação pela Resolução da Assembleia da República n.º 32/2004).

#### "Artigo 16º

Medidas de protecção e de assistência

1. Ao aplicar o presente Protocolo, cada Estado Parte deverá adoptar, em conformidade com as obrigações que lhe incumbem nos termos do direito internacional, todas as medidas apropriadas, incluindo as medidas legislativas que considere necessárias, a fim de preservar e proteger os direitos das pessoas que foram objecto dos actos estabelecidos no artigo 6º do presente Protocolo, que lhes são reconhecidos pelo direito internacional aplicável, especialmente o direito à vida e o direito a não ser submetido a tortura ou a outras penas ou tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes.

2. Cada Estado Parte deverá adoptar as medidas apropriadas para conceder aos migrantes uma protecção adequada



contra a violência que lhes possa ser infligida tanto por pessoas como por grupos, pelo facto de terem sido objecto dos actos enunciados no artigo 6º do presente Protocolo.

3. Cada Estado Parte deverá conceder uma assistência adequada aos migrantes, cuja vida ou segurança tenham sido postas em perigo pelo facto de terem sido objecto dos actos estabelecidos no artigo 6º do presente Protocolo.

4. Ao aplicar as disposições do presente artigo, os Estados Partes deverão ter em conta as necessidades específicas das mulheres e das crianças". (p. 9)

<http://www.gddc.pt/siii/im.asp?id=1712>

## Da responsabilidade da União Europeia

**Resolução relativa ao contributo da sociedade civil na busca de crianças desaparecidas e sexualmente exploradas 2001/C 283/01** - Do Conselho da União Europeia.

<http://eur-lex.europa.eu/Notice.do?mode=d&bl&lang=fr&ihmlang=fr&lng1=fr,pt&lng2=da,de,el,en,es,fi,fr,it,nl,pt,sv,&val=257630:cs>

**Joint action to combat trafficking in human beings and sexual exploitation of children (2002)** - "Objective: To esta-

blish common rules for action to combat trafficking in human beings and sexual exploitation of children in order to contribute to the fight against certain forms of unauthorised immigration and to improve judicial cooperation in criminal matters. (...)

Joint Action 97/154/JHA of 24 February 1997 adopted by the Council on the basis of Article K.3 of the Treaty on European Union concerning action to combat trafficking in human beings and sexual exploitation of children [Official Journal L 63 of 04.03.1997].

Amended by Council Outline Decision 2002/629/JHA of 19 July 2002 concerning trafficking in human beings".

[http://europa.eu/legislation\\_summaries/other/l33072\\_en.htm](http://europa.eu/legislation_summaries/other/l33072_en.htm)

**Decisão-Quadro 2004/68/JAI do Conselho, de 22 de Dezembro de 2003, relativa à luta contra a exploração sexual de crianças e a pornografia infantil**

<http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=CELEX:32004F0068:PT:HTML>

**Diretiva 2011/36/UE do Parlamento Europeu e do Conselho de 5 de Abril de 2011 relativa à prevenção e luta contra o tráfico de seres humanos e à proteção das vítimas (2011)** - "Foi publicada no passado dia 15 de Abril de 2011, no

Jornal Oficial da União Europeia (JO L 101), a Diretiva 2011/36/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de Abril de 2011, relativa à prevenção e luta contra o tráfico de seres humanos e à proteção das vítimas, e que substitui a Decisão-Quadro 2002/629/JAI do Conselho.

Este instrumento jurídico comunitário destina-se a aproximar o direito penal material e as normas processuais penais dos Estados-Membros, em matéria de combate ao tráfico de seres humanos e substitui a Decisão-Quadro 2002/629/JAI, já existente sobre a matéria. Caracteriza-se, essencialmente, por oferecer um regime centrado na defesa dos direitos humanos, implementando mecanismos de proteção e assistência às vítimas, além da prevenção e repressão do crime. Foi seguida uma abordagem global e multidisciplinar, já conhecida como a abordagem dos «Três P» (Prevenção do crime, Protecção das vítimas e Perseguição penal dos infratores), inspirada naquela que é considerada a norma internacional mais elevada em matéria de luta contra o tráfico de seres humanos, a Convenção do Conselho da Europa, aberta à assinatura em Maio de 2005 (STE n.º 197), a que se somam as vantagens resultantes de uma ordem jurídica mais vinculativa, como é a da União Europeia.

A nova Diretiva, adotada em conformidade com o processo legislativo ordinário, previsto no artigo 294.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia, entrou em vigor a 15 de Abril de 2011 e deverá ser transposta pelos Estados-membros até 6 de

Abril de 2013".

<http://www.dgpj.mj.pt/sections/noticias/directiva-2011-36-ue-do>

saúde, a segurança ou moralidade da criança".

<http://www.gddc.pt/direitos-humanos/textos-internacionais-dh/tidhuniversais/emp-conv-oit-182.html>

## Da responsabilidade da OIT - Organização Internacional do Trabalho

**Convenção n.º 182 da OIT relativa à Interdição das Piores Formas de Trabalho das Crianças e à Acção Imediata com Vista à sua Eliminação (1999)** – "Para os efeitos da presente Convenção, a expressão "as piores formas de trabalho das crianças" abrange:

- a) Todas as formas de escravatura ou práticas análogas, tais como a venda e o tráfico de crianças, a servidão por dívidas e a servidão, bem como o trabalho forçado ou obrigatório, incluindo o recrutamento forçado ou obrigatório das crianças com vista à sua utilização em conflitos armados;
- b) A utilização, o recrutamento ou a oferta de uma criança para fins de prostituição, de produção de material pornográfico ou de espetáculos pornográficos;
- c) A utilização, o recrutamento ou a oferta de uma criança para atividades ilícitas, nomeadamente para a produção e o tráfico de estupefacientes tal como são definidos pelas convenções internacionais pertinentes;
- d) Os trabalhos que, pela sua natureza ou pelas condições em que são exercidos, são suscetíveis de prejudicar a

## Da responsabilidade do Conselho da Europa

**Convenção do Conselho da Europa Relativa à Luta contra o Tráfico de Seres Humanos (STE 197) (2005)** – Da responsabilidade do Conselho da Europa: "A Convenção é um tratado global que tem por objeto essencial a proteção e salvaguarda dos direitos das vítimas do tráfico de seres humanos. Visa igualmente objetivos de prevenção e de repressão do fenómeno do tráfico. A Convenção aplica-se a todas as formas de tráfico de seres humanos, seja nacional ou transnacional com ligação, ou não, ao crime organizado. Contém no artigo 4º uma definição de tráfico de seres humanos muito lata, abrangendo todas as formas de exploração (para fins sexuais, trabalho forçado, etc.) bem como todo o processo do tráfico, visando todos os intervenientes envolvidos (traficante propriamente dito, transportadores, quem aloja as vítimas, etc.). Aplica-se a todas as vítimas de tráfico de seres humanos, obedecendo a um princípio de não discriminação".

Em Português: [http://direitoshumanos.gddc.pt/3\\_9/IIIPAG3\\_9\\_13.htm](http://direitoshumanos.gddc.pt/3_9/IIIPAG3_9_13.htm)

**Convenção do Conselho da Europa para a Proteção das Crianças contra a Exploração Sexual e os Abusos Sexuais, assinada em Lanzarote em 25 de outubro de 2007**

Em Português: [http://apav.pt/apav\\_v2/images/pdf/conv\\_lanzarote\\_25-10-2007.pdf](http://apav.pt/apav_v2/images/pdf/conv_lanzarote_25-10-2007.pdf)

Em inglês: <http://www.conventions.coe.int/Treaty/EN/treaties/Html/201.htm>



# Legislação Portuguesa

## CÓDIGO PENAL

### DL n.º 48/95, de 15 de Março

Artigo 160.º

Tráfico de pessoas

1 - Quem oferecer, entregar, aliciar, aceitar, transportar, alojar ou acolher pessoa para fins de exploração sexual, exploração do trabalho ou extracção de órgãos:

- a) Por meio de violência, rapto ou ameaça grave;
- b) Através de ardil ou manobra fraudulenta;
- c) Com abuso de autoridade resultante de uma relação de dependência hierárquica, económica, de trabalho ou familiar;
- d) Aproveitando-se de incapacidade psíquica ou de situação de especial vulnerabilidade da vítima; ou
- e) Mediante a obtenção do consentimento da pessoa que tem o controlo sobre a vítima;

é punido com pena de prisão de três a dez anos.

2 - A mesma pena é aplicada a quem, por qualquer meio, aliciar, transportar, proceder ao alojamento ou acolhimento de menor, ou o entregar, oferecer ou aceitar, para fins de exploração sexual, exploração do trabalho ou extracção de órgãos.

3 - No caso previsto no número anterior, se o agente utilizar qualquer dos meios previstos nas alíneas do n.º 1 ou actuar profissionalmente ou com intenção lucrativa, é punido com pena de prisão de três a doze anos.

4 - Quem, mediante pagamento ou outra contrapartida, oferecer, entregar, solicitar ou aceitar menor, ou obtiver ou prestar consentimento na sua adopção, é punido com pena de prisão de um a cinco anos.

5 - Quem, tendo conhecimento da prática de crime previsto nos n.os 1 e 2, utilizar os serviços ou órgãos da vítima é punido com pena de prisão de um a

cinco anos, se pena mais grave lhe não couber por força de outra disposição legal.

6 - Quem retiver, ocultar, danificar ou destruir documentos de identificação ou de viagem de pessoa vítima de crime previsto nos n.os 1 e 2 é punido com pena de prisão até três anos, se pena mais grave lhe não couber por força de outra disposição legal.

[http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei\\_mostra\\_articulado.php?ficha=101&artigo\\_id=&nid=109&pagina=2&tabela=leis&nversao](http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?ficha=101&artigo_id=&nid=109&pagina=2&tabela=leis&nversao)

### Lei n.º 23/2007, de 4 de julho

#### Aprova o regime jurídico de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional

<http://www.sef.pt/documentos/56/NOVA%20LEI%20ESTRANGEIROS.pdf>

### Dec. Reglm. n.º 86/2007, de 12 de Dezembro - Articula a Acção das Autoridades de Polícia e Demais Entidades nos Espaços Marítimos:

[http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei\\_mostra\\_articulado.php?nid=1700&tabela=leis&ficha=1&pagina=1](http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=1700&tabela=leis&ficha=1&pagina=1)

### DL n.º 368/2007, de 05 de Novembro - Autorização de Residência a Vítimas de Tráfico de Pessoas.

[http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei\\_mostra\\_articulado.php?nid=1320&tabela=leis&ficha=1&pagina=1](http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=1320&tabela=leis&ficha=1&pagina=1)



### Lei n.º 49/2008, de 27 de Agosto - Lei de Organização da Investigação Criminal

[http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei\\_mostra\\_articulado.php?nid=1021&tabela=leis&ficha=1&pagina=1](http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=1021&tabela=leis&ficha=1&pagina=1)

### Decreto do Presidente da República n.º 9/2008 de 14 de Janeiro

- Ratifica a Convenção do Conselho da Europa Relativa à Luta Contra o Tráfico de Seres Humanos, aberta à assinatura em Varsóvia em 16 de Maio de 2005

[http://www.igualdade.gov.pt/images/stories/documentos/legislacao/legislacao/Trafico\\_Seres\\_Humanos/DPR\\_9\\_2008.pdf](http://www.igualdade.gov.pt/images/stories/documentos/legislacao/legislacao/Trafico_Seres_Humanos/DPR_9_2008.pdf)

### Resolução da Assembleia da República n.º 1/2008:

Aprova a Convenção do Conselho da Europa Relativa à Luta contra o Tráfico de Seres Humanos, aberta à assinatura em Varsóvia em 16 de Maio de 2005

<http://dre.pt/util/getpdf.asp?s=dip&serie=1&idr=2008.9&iddip=20080105>

### Lei n.º 29/2012 de 9 de agosto

Primeira alteração à Lei n.º 23/2007, de 4 de julho, que aprovou o regime jurídico de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional

<http://dre.pt/pdfs/dip/2012/08/15400/0419104256.pdf>

### Tráfico de Seres Humanos - Coletânea Selecionada de Instrumentos Jurídicos, Políticos e Jurisprudência em Portugal, na Europa e no Mundo (2012)

- Extensa publicação da responsabilidade do Observatório do Tráfico de Seres Humanos. Contém legislação de Portugal, da União Europeia, do Conselho da Europa, da Organização das Nações Unidas e da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

<http://www.otsh.mai.gov.pt/?area=000&mid=000&sid=000&ssid=000&cid=CN T50c20352d764b>

# Estatística

**Relatório anual tráfico de seres humanos 2012:** atualização dos dados do RASI (2013) – Relatório do Observatório do Tráfico de Seres Humanos com a colaboração da Direção-Geral de Administração Interna. As páginas 12 e 13 apresentam exclusivamente dados sobre menores. As páginas 23 e 24 apresentam dados sobre lenocínio e pornografia de menores.

"Durante 2012 foram sinalizadas em Portugal 81 potenciais vítimas de tráfico, 49 encontram-se "Pendentes / Em investigação" sendo que dentro deste subtotal, há 36 sinalizações de menores". (p. 9)

"Relativamente às 49 vítimas sinalizadas em Portugal cujo caso está "Pendente/Investigação", 30 potenciais vítimas (todos menores) receberam assistência/acolhimento fornecido por entidades governamentais ou por ONG. Relativamente às restantes, 3 foram acolhidas por amigos/familiares, 4 encontram-se a residir fora de Portugal, 3 não receberam assistência por se desconhecer o seu paradeiro e em 8 sinalizações não há informação registada". (p. 22)

[http://www.otsh.mai.gov.pt/cms/files/conteudos/OTSH\\_Relatorio\\_Anual\\_TSH\\_vII.pdf](http://www.otsh.mai.gov.pt/cms/files/conteudos/OTSH_Relatorio_Anual_TSH_vII.pdf)

**Trafficking in human beings: 2013 edition Eurostat** – "This publication presents the first report at the EU level on statistics on trafficking in human beings. It includes data for the years 2008, 2009 and 2010. The EU and its Member States have selected trafficking in human beings as one of the priority areas in the fight against organised crime". (p. 13)

"At the global level, data collection reports have been published by different

international organisations, in particular the International Labour Organization (ILO) and United Nations Office of Drugs and Crime (UNODC).

The ILO report which was issued in June 2012, covering the period 2002–2011, estimated the number of victims of forced labour, including forced sexual exploitation, to be 20.9 million at a global level, with an estimated 5.5 million children being trafficked (10)(11).

This estimate is believed to be conservative. Three out of every 1 000 people worldwide are in forced labour today. 18.7 million (90 %) are exploited in the private economy, by individuals or enterprises. Of these, 4.5 million (22 %) are victims of forced sexual exploitation and 14.2 million (68 %) are victims of forced labour exploitation in activities such as agriculture, construction, domestic work or manufacturing. An estimated 880 000 people are believed to be in forced labour in the European Union.

The Global Report of UNODC of December 2012 states that between 2007 and 2010, women constituted between 55 and 60 per cent of victims of trafficking in persons detected globally (12). The trafficking of children appears to have increased to 27 per cent, compared to

20 per cent in 2003–2006. The gender and age profile of victims at the global level are 59 % women, 17 % girls, 14 % men and 10 % boys.

Worldwide, trafficking in persons for sexual exploitation is more frequent than trafficking for forced labour, although trafficking in persons for forced labour increased from 18% in the years 2003–2006 to 36 % in the years 2007–2010.

The UNODC report also contains data from a combination of regions (13). The gender and age profile of victims of trafficking in persons in the Western and Central Europe region was 61% women, 20% men, 15% girls and 4% boys. In the Europe and Central Asia region, the number of child victims constitutes 16% and more cases of sexual exploitation (62%) were detected compared with forced labour, slavery and servitude (31%). Furthermore, the countries of the Western and Central Europe region reported the greatest variety of origins and the greatest distances spanned by trafficking flows". (p. 18)

[http://ec.europa.eu/dgs/home-affairs/what-is-new/news/news/2013/docs/20130415\\_thb\\_stats\\_report\\_en.pdf](http://ec.europa.eu/dgs/home-affairs/what-is-new/news/news/2013/docs/20130415_thb_stats_report_en.pdf)





**Tráfico de seres humanos: há mais vítimas na UE mas os Estados-Membros tardam em responder adequadamente (2013)** - Da responsabilidade da Comissão Europeia.

[http://europa.eu/rapid/press-release\\_IP-13-322\\_pt.htm](http://europa.eu/rapid/press-release_IP-13-322_pt.htm)

**Human Trafficking in the EU infographic (2013)** - Da responsabilidade da Comissão Europeia.

[http://ec.europa.eu/dgs/home-affairs/e-library/docs/infographics/thb/thb\\_en.pdf](http://ec.europa.eu/dgs/home-affairs/e-library/docs/infographics/thb/thb_en.pdf)

**Questions & Answers: trafficking in human beings in the EU Statistical annexes: Trafficking in human beings in the EU (2013)** - Da responsabilidade da Comissão Europeia.

[http://europa.eu/rapid/press-release\\_MEMO-13-331\\_en.htm#footnote-2](http://europa.eu/rapid/press-release_MEMO-13-331_en.htm#footnote-2)

**Relatório Anual de Segurança Interna**

**2012** – Da responsabilidade do Ministério da Administração Interna. A partir da página 122 a 131.

<http://www.portugal.gov.pt/pt/os-ministerios/ministerio-da-administracao-interna/documentos-oficiais/20130327-rasi-2012.aspx>

**Global report on trafficking in persons (2012)** – Da responsabilidade das Nações Unidas:

"The Global Report 2012 provides an overview of patterns and flows of trafficking in persons at global, regional and national levels, based on trafficking cases detected between 2007 and 2010 (or more recent). The report also includes a chapter on the worldwide response to trafficking in persons. The Country Profiles of the Global Report present a national level analysis for each of the 132 countries covered by this edition of the report. Victims are trafficked around the world for sexual exploitation, forced labour,

begging, petty crimes, removal of organs and for other exploitative purposes. Trafficking in persons is a truly global phenomenon: between 2007 and 2010, victims from at least 136 countries were detected in 118 countries worldwide. Because of this diffusion as well as the hidden nature of trafficking crimes, it is difficult to estimate the size of the problem.

Many countries have recently passed a legislation criminalizing trafficking in persons as a specific offence. However, definitions of human trafficking vary, as does the capacity to detect offenders and victims. Even though, there is a general increase in the number of prosecutions and convictions globally, the overall criminal justice response to trafficking in persons appears to remain very weak".

Veja as páginas 7, 10, 25, 26 e 27.

<http://www.unodc.org/unodc/data-and-analysis/glotip.html>

## Sites

**IIEI – Combate ao Tráfico de Pessoas**

**CIG - Tráfico de Seres Humanos**

**Observatório do Tráfico de Seres Humanos**

**Action against Trafficking in Human Beings**

**Child Centre - Child trafficking, Unaccompanied or Separated Children**

**Terre des Hommes**

**Childscope Interactive Directory**

**ECPAT International (Erradicação da prostituição infantil, pornografia infantil e tráfico de crianças para fins sexuais)**

**Child Trafficking Digital Library**

**UNODC on human trafficking and migrant smuggling**

**GRETA (Group of Experts on Action against Trafficking in Human Beings)**